----------ATA Nº. 16----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023: Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu pelas vinte horas e trinta e seis minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 15; ----------

2) Ofício da Assembleia da República - Lei n.º 39/2021, de 24 de junho (regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias); ----------

3) Conclusão do procedimento de consulta pública do processo Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto e Lisboa (Fase 1) Troço Porto/Soure – Troço B; ----------

4) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

5) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

6) Aprovação da 4.ª alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Mealhada;

7) Parecer do Auditor Externo sobre a posição financeira do Município de Mealhada em 30/06/2023; ----------

8) Proposta n.º 83/2023 – Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Mealhada (Quadro V – Mercados e Feiras); ----------

9) Proposta n.º 87/2023 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para aplicação no ano de 2024; ----------

10) Proposta n.º 102/2023 – Derrama; ----------

11) Proposta n.º 103/2023 – Imposto Municipal sobre Imóveis; ----------

12) Proposta n.º 104/2023 – Participação Variável de IRS; ----------

13) Proposta n.º 105/2023 – Documentos previsionais para o ano de 2024; ----------

14) Proposta n.º 106/2023 – Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Mealhada para o ano de 2024; ----------

15) Proposta n.º 107/2023 - Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais; -------

16) Proposta n.º 110/2023 – Projeto de Regulamento da Provedoria do Munícipe do Município da Mealhada. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado,

Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira e João Miguel Leite Martins Silva, solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se, respetivamente, por Jorge Manuel Bento Ordens e Carlos Manuel Salvador Veloso. ----------

A Senhora Deputada Municipal Susana Catarina Simões de Almeida solicitou igualmente substituição, tendo sido convocado o Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Almeida Oliveira, não tendo no entanto este comparecido na Sessão ou requerido substituição em tempo útil. ----------

Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Ricardo Jorge Gonçalves dos Santos, Hugo André Afonso Alves e Silva, José Carlos Calhoa Morais e Sónia Maria Pereira Leite. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito os Senhores Hugo Eduardo da Silva Santos e Hélder Osório dos Santos Mamede Ferreira. ----------

1) No uso da palavra, o Senhor Hugo Eduardo da Silva Santos iniciou por agradecer ao executivo o esforço aplicado na resolução do problema dos abrigos/paragens de autocarros na Póvoa da Mealhada e em São Romão. Seguiu apontando o estado dos cedros localizados na zona da antiga escola primária da Vacariça, que danificam os muros e que, conjugado com outros fatores como a passagem de veículos pesados, está a criar uma situação de risco, tendo inclusive alertado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça de tal problema, o qual retorquiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não autorizava o corte dos cedros, e portanto questionava quem têm competência para dar essa autorização. De seguida, na qualidade de membro da Direção da Cruz Vermelha de Mealhada, informou que no seguimento das lamentáveis declarações ocorridas na reunião do executivo da Câmara Municipal de Mealhada em 11 de dezembro de 2023, toda a Direção da Cruz Vermelha de Mealhada se demitiu e que será emitido um comunicado oficial a fundamentar elementos que julgam ser do interesse público em geral e para o bom nome da instituição e respeito de todos os elementos que a integram. (início: após 02 minutos; fim: após 07 minutos) ----------

2) No uso da palavra, o Senhor Hélder Osório dos Santos Mamede Ferreira, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*A população da localidade da Pedrulha, Freguesia de Casal Comba, tem de há vários anos vindo a sofrer em silêncio, com a sinistralidade dos seus principais*

acessos à sua localidade, sendo eles o cruzamento da portagem km26+300 e cruzamento da Pedrulha km27+100. São já bem conhecidas ausências de rotundas nestes pontos, lamentavelmente, com desfechos fatais para vidas humanas e acidentes, viários com elevados danos patrimoniais e pessoais. No cruzamento da portagem km26+300 sabemos que não pertence ao Município da Mealhada, temos a informação pela Senhora Presidente da Câmara de Cantanhede, a reunião de Câmara de 2 de novembro de 2023, de que a rotunda faz parte da obra da adega Sarmento e que a obra só estará concluída com a construção da mesma. Relativamente ao cruzamento da Pedrulha km27+100, este sim pertence ao Município da Mealhada, sabemos que é um projeto no IP para a construção de uma rotunda, mas sem data nem ano definido. As expectativas são de que, face ao aumento da zona industrial previsto, em que o principal acesso à zona industrial é feito por estes 2 cruzamentos, e em parte pela aldeia, o tráfego aumente e logo a probabilidade é os acidentes diretamente vão aumentar. Todos nós aqui somos utilizadores desta via, eu acho que não há ninguém aqui nesta sala que não seja utilizador daquela via, logo a probabilidade de haver um acidente fatal é muito alta. No entender da população, sendo esta via uma das principais entradas/portas do Concelho, a segurança rodoviária para quem nos visita e para nós, habitantes e utilizadores da via, não pode estar dependente de caridade de privados pondo em causa a segurança rodoviária para os seus utilizadores. Face ao exposto a população através de um abaixo-assinado vem por este meio solicitar a esta Assembleia a ajuda no sentido de resolução do problema, fazendo chegar a instâncias legais o abaixo-assinado." (início: após 08 minutos; fim: após 11 minutos) *Procedeu depois à entrega do aludido abaixo-assinado à Mesa da Assembleia, documento esse que a seguir se transcreve:* ----------

"*Rotunda da Pedrulha – EN234 – Abaixo-Assinado – Queremos uma Rotunda Já!!!*

Nós, os abaixo-assinados, moradores, utentes e utilizadores do cruzamento da EN234/Variante EN1/IC2 na Pedrulha – Casal – Comba – Mealhada (km27+100), vimos por este meio manifestar o nosso protesto e indignação pela forma como as entidades responsáveis, I.P. – Infraestruturas de Portugal e Câmara Municipal de Mealhada, têm tratado este problema. ----------

Dizemos que quase desde sempre, que este cruzamento é conhecido como um dos pontos negros da EN234/Variante. Há décadas que existem diversas promessas para construção de uma rotunda neste cruzamento. ----------

Contudo, passara-se anos, e nada aconteceu, e nem sabemos quando vai acontecer, se é que vai acontecer. ----------

Já estamos cansados e fartos de sermos autenticamente "esquecidos" pelas Entidades responsáveis que nos ignoraram durante todos estes anos. ----------

Queremos uma solução para o cruzamento da Pedrulha! Queremos uma Rotunda – já! ----------

É urgente acabar com a sinistralidade neste cruzamento que coloca diariamente vidas humanas em risco. ----------

Exigimos que os responsáveis da I.P. – Infraestruturas de Portugal e da Câmara Municipal parem de arranjar desculpas, e que finalmente sirvam as populações, conforme é a sua função. ----------
Assinaturas." ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por informar que estão a ser colocados vários abrigos/paragens de autocarros, não só para substituir os danificados mas também em novos locais. Em relação aos cedros junto à antiga escola primária de Vacariça, esclareceu que já tinha abordado a questão com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça acerca de encontrar uma solução para o arruamento devido à circulação de veículos pesados, referindo no entanto que é contra o corte de árvores mas que, tendo em conta os planos para o local e a segurança das pessoas, iria ser averiguada essa possibilidade. Sobre a Cruz Vermelha clarificou que as afirmações que proferiu não foram contra a Cruz Vermelha mas sim relativamente ao processo de localização no Mercado Municipal de Pampilhosa, o qual era impossível manter pelas e para as Associações que usufruíam dos espaços, devido ao Protocolo existente e ao pretendido por essas mesmas Associações, o que criaria problemas de segurança. Considerando tais problemas, foi tomada uma decisão conjunta com as Associações de haver mudanças, sendo que no caso da Cruz Vermelha foram criados vários entraves por uma pessoa, como elucidou em sede de reunião de Câmara, dizendo inda que não pode ceder a pressões e imposições sublinhando no entanto o respeito que tem pelos voluntários e restantes membros da Direção da Cruz Vermelha e pelo grande trabalho que fazem. Quanto à rotunda da Pedrulha disse que o projeto está aprovado e tem havido negociações com o IP, havendo o entendimento que a rotunda não deve ser executada por uma só empresa pois todas as instaladas na zona beneficiariam dos acessos criados, existindo portanto duas hipóteses: construção unicamente da rotunda, responsabilidade do IP e da Câmara Municipal de Mealhada ou construção de rotunda e acessos, acrescendo a envolvência de privados no processo. Finalizou informando que o processo já está em Lisboa e aguarda uma decisão célere, servindo o abaixo-assinado entregue - que com certeza será remetido ao IP - para demostrar o empenho de todos, sendo que a outra rotunda está sob alçada do Concelho de Cantanhede, mas sempre com conversação e coordenação entre Municípios. (início: após 11 minutos; fim: após 23 minutos) -------
Posteriormente o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para referir que a Assembleia Municipal de Mealhada está solidária com o exposto, salientando a necessidade da construção de rotunda junto da Pedrulha. (início: após 20 minutos; fim: após 23 minutos) ----------
Não havendo mais inscrições, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente recebido pela Mesa da Assembleia, nomeadamente, Notificação de despacho de Arquivamento do PA 45/2023 – Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro – Serviços do Ministério Público, atinente a assunto discutido e aprovado em sessão anterior,

nomeadamente, ao Regulamento de Utilização e Funcionamento do Cineteatro Messias, e que se transcreve: ----------

"*P.A. n.º 45 – Conclusão* ----------

- Presidiu à instauração do presente processo administrativo uma exposição que nos foi dirigida pelo Exmº Senhor Vereador da Câmara Municipal da Mealhada, Rui Marqueiro, em virtude de ser seu entendimento que o Projecto de Regulamento do Cine Teatro Messias deveria ter sido objecto de consulta pública nos termos do artº 101º do CPA, antes de aprovação, ao invés do decidido por maioria em reunião de Câmara Municipal da Mealhada. ----------

- Compulsado o teor da acta de deliberação em reunião de Câmara, verificamos que tal decisão se ancorou no entendimento de não estarem preenchidos os requisitos da imposição de consulta pública prévia pelo facto de o regulamento versar sobre a utilização e funcionamento de instalações, equipamentos e serviços municipais, e não ser suscetível assim de afectar de modo directo e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos. ----------

- Confrontado o participante de tal exposição para, querendo, se pronunciar em contrário do ponto de vista de tal materialidade, nada veio referir a estes autos. -----

- Em 27/09/2023, veio o exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Município da Mealhada dar conta da aprovação do Regulamento em causa por maioria, bem assim da informação que efectuada antes a verificação da conformidade legal de tal dispositivo pelos serviços jurídicos da edilidade não foi reportada qualquer ilegalidade. ----------

Ora, compulsado por nós o teor do regulamento em causa, sobretudo no que contende com a definição do uso do equipamento pelo público, e no relacionamento dos respetivos utentes com as regras de utilização e acesso respetivo, afigura-se-nos que não existe qualquer regra restritiva ilegítima discriminatória, nem qualquer uma que não seja susceptível de dar salvaguarda do interesse público. ----------

Assim, não se vislumbrando qualquer invalidade relevante, e por consequência qualquer tutela pelo MP em termos de acção pública, impõe-se o arquivamento dos presentes autos o que se determina. ----------

- Notifique-se o participante e o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

– Comunique-se com cópia ao Exmº Senhor Procurador Geral Coordenador ---------

Aveiro, 6.10.2023 ----------

O Procurador da República (Assinatura) " ----------

(início: após 23 minutos; fim: após 27 minutos) ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, Iola Baptista, Sandra Semedo, André Melo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, Pedro Semedo e Alexandre Rebelo. ----------

1) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por dar uma palavra de apreço à população da Pedrulha pela luta para a construção da rotunda. Acrescentou que desde sempre se ouve dizer que a

construção da dita rotunda iria efetivar-se mas o certo é que nunca se fez nada. Em 2021 ocorreu uma manifestação e enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba questionou o IP sobre se iria ou não ser construída a rotunda, tendo obtido a informação que existiam dois projetos de iniciativa privada para a construção de duas rotundas e que a Câmara Municipal de Mealhada tinha conhecimento de tal, sendo que confrontado com essa informação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal à data disse desconhecer tais projetos. Continuou dizendo que descobriu um documento aquando da revisão do PDM em 2013, em que uma senhora solicitava que fosse construída rotunda na Pedrulha, ao qual lhe foi respondido que existia um projeto de requalificação da EN234 em que estava prevista essa construção, sendo essa a primeira referência temporal da dita rotunda. Congratulou-se pela iniciativa da população da Pedrulha em se juntar e reivindicar aquilo que é demais direito, sendo que desde 2015 até 2021 foram registados pela GNR naquele cruzamento 75 acidentes e uma morte no local, não contabilizando os falecimentos posteriores em hospital, e portanto trata-se de um ponto negro no Concelho. Prosseguiu informando que em junho enviou, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, um e-mail com o histórico do problema aos Senhores Deputados da Assembleia Da República Bruno Coimbra e Joana Sá Pereira, para pressionarem junto do IP e da tutela para que se construa a rotunda, tendo obtido resposta de que iriam indagar junto do Ministério da Infraestruturas. Terminou dizendo que espera continuação de formas de luta concretas e pacíficas, com demostração da força das pessoas da Pedrulha, assinalando que no seguimento da expansão da Zona Industrial da Pedrulha é importante fazer e melhorar o acesso principal à zona industrial. (inicio: após 27 minutos; fim: após 36 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Iola Baptista, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Núcleos Locais da Garantia para a Infância* ----------

Através da resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, 18 de dezembro, foi criada a estratégia Nacional dos Direitos das Crianças 2021-2024. ----------

Também através da resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro, foi criada a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. ------

Com vista a combater a pobreza infantil, foi publicada em janeiro de 2023 o Plano de Ação 2022-2030 pela Coordenação Nacional Garantia para a Infância, que tem como ambição garantir que todas as crianças e jovens têm acesso a um conjunto de serviços essenciais, contribuindo assim para a defesa dos seus direitos, combater a pobreza infantil e promover a igualdade de oportunidades para todos e como meta reduzir para metade o número de crianças em situação de pobreza monetária, o que significa retirar 170.000 crianças desta situação. ----------

Importa referir que em Portugal, as crianças e jovens com idades compreendidas entre os zero e os 17 anos, representam hoje cerca de 17% da população total, correspondendo a cerca de 1,7 milhões, sendo sobretudo nas famílias monoparentais, isto é, compostas por um adulto e pelo menos uma criança, que se verifica o maior aumento da taxa de risco de pobreza, situando-se de acordo com os

últimos conhecidos em cerca de 30,2%, mantendo a monoparentalidade como um dos principais fatores de agravamento da exposição à pobreza ou exclusão social. - Esta é a realidade nacional, a que o nosso Concelho não está imune. ----------
Dado o enquadramento desta medida e da meta definida, todas as crianças abrangidas pela nova prestação social da garantia para a infância, complementar ao abono de família, prevista no artigo 124º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho e regulada pelo Decreto-Regulamentar n.º 3/2022, de 19 de agosto, devem ser acompanhadas no âmbito da ação dos núcleos locais da garantia para a infância, em articulação com a coordenação nacional da garantia para a infância, por forma a garantir o seu efetivo acesso aos serviços essenciais, seguindo as recomendações da intervenção integrada e monitorização da efetiva concretização dos objetivos da Garantia Europeia para a infância. ----------
A composição dos núcleos locais da garantia para a infância deve integrar os parceiros que a nível local têm intervenção das matérias de acolhimento de primeira infância, educação, saúde, alimentação, habitação, promoção da inclusão e da integração social dos direitos das crianças e jovens, da não discriminação e da promoção para a igualdade. ----------
A estrutura local que mais eficazmente consegue responder a este desafio é a Rede Social. De acordo com esta estratégia, revela-se fundamental a criação, no âmbito dos conselhos locais da ação social – CLAS, de núcleos locais da garantia para a infância, dirigidos às crianças e jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social. ----------
Perante esta realidade e sabendo que estes núcleos têm vindo a ser criados desde o início do ano em todos os concelhos do país, questionamos o Senhor Presidente, que medidas foram ou estão a ser tomadas no nosso Concelho. (inicio: após 36 minutos; fim: após 40 minutos) ----------
3) A Senhora Deputada Municipal Sandra Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir que regulamento em vigor para atribuição das bolsas de mérito escolar tem provocado muitas injustiças. Seguiu dizendo que as bolsas de mérito tem como objetivo principal premiar o mérito dos alunos do Concelho que pelo seu esforço e trabalho, se destacaram e obtiveram as melhores notas, sendo expectável que bastaria ao aluno ter a melhor média académica do seu ano para receber o mérito que lhe é devido, mas, segundo o regulamento, o aluno tem de se candidatar. Prosseguiu dizendo que para proceder a esta candidatura os pais deveriam ter acesso a essa informação, que deveria ser prestada por quem sabe as notas dos alunos, isto é, o Agrupamento de Escolas, ou por quem promove esta ação, o Município de Mealhada, porque o regulamento não o prevê, e como tal existem alunos que não se candidatam, muitas vezes por desconhecimento. Continuou dizendo que outra condição imposta pelo regulamento é que os alunos têm que estar matriculados no ano letivo corrente numa escola do agrupamento, apesar das bolsas serem entregues com base nas notas do ano letivo anterior, e por exemplo, os alunos que transitam do nono ano para o décimo ano e que queiram seguir, artes ou economia não podem permanecer numa escola do Concelho, porque o agrupamento

não tem resposta para eles e mudam de escola por indisponibilidade do agrupamento e, por esse motivo, o seu mérito não é reconhecido. Considerou depois que estas bolsas em vez de reconhecerem o mérito a quem o alcançou e que se destacaram ao longo do ano letivo e obtiveram as melhores médias académicas, deixam os alunos com sentimento de mágoa e frustração, sendo que esta questão não é de agora e já devia ter sido analisada e corrigida no passado. Vincou que o regulamento deverá ser alterado o mais breve possível, propondo depois 4 mudanças fundamentais: a primeira deixar de ser chamada bolsa e passar a ser chamado prémio de mérito – bolsa remete para situação de alunos carenciados e desfavorecidos, sendo o intuito do mesmo premiar o mérito académico; segundo deverá ser de atribuição automática – o agrupamento de escolas apura que são os alunos que têm melhor média do seu ano e comunica ao Município; terceiro, o prémio deve ser atribuído em função da média do ano em que esteve matriculado na escola; quarto ponto diminuir o valor atribuído a cada aluno – torna possível alargar o prémio a um número maior de alunos; o que tornaria, no seu entender, o processo mais justo e abrangente. (inicio: após 40 minutos; fim: após 44 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por informar que no passado dia 23 de novembro o grupo parlamentar que integra reuniu com a administração da ERSUC, expondo questões e preocupações dos munícipes, nomeadamente quanto aos problemas dos recicláveis, limpeza dos espaços envolventes, ao aumento do tarifário e a outros investimentos previstos. Seguiu dizendo que da reunião resultaram em ainda mais inquietações, pois a ERSUC reconheceu os problemas na recolha de resíduos e limpeza dos espaços assim como o aumento, atual e previsto, do tarifário, o que vai ser brutal para os munícipes e para o Município, sendo que mesmo assim não se preveem melhorias quanto aos investimentos. Acrescentou que, considerando as respostas, não se percebe o porquê da ERSUC ter iniciado o Porta-a-Porta no Concelho da Mealhada como um serviço pago e ao mesmo tempo efetua o mesmo serviço em Coimbra e Aveiro de forma gratuita, não conseguindo explicar também esta diferença de tratamento. Seguiu dando nota que o Município para além de utente do serviço de concessão é também acionista da empresa e investiu muto dinheiro na compra de quotas e gostaria de receber dividendos, mas ou existe prejuízo ou existem lucros e os mesmos não são distribuídos devido a problemas de tesouraria, e mesmo assim a ERSUC decidiu fazer investimento no serviço Porta-a-Porta em Aveiro e Coimbra, sendo que neste último ascende a 1,5 milhões de euros, valor que será pago quer pelo tarifário do serviço, ou seja por todos os mealhadenses enquanto munícipes e também enquanto acionistas, pelo potencial lucro que vai desaparecer. Nesse sentido apresentou Moção de Protesto à Gestão e Administração da ERSUC, que a seguir se transcreve: ----------

"Moção de Protesto à Gestão e Administração da ERSUC ----------

A ERSUC é concessionária do tratamento de resíduos urbanos do Município da Mealhada e todos os munícipes pagam o tratamento de resíduos ao preço definido por uma tarifa regulada com base em todas as despesas da empresa. ----------

O Município da Mealhada é também o 2º maior acionista da empresa e obviamente, além de defender o mais baixo tarifário possível, é também parte interessada nos bons resultados da empresa para ver o seu investimento rentabilizado financeiramente. ----------

A administração da ERSUC reconhece as deficiências do seu serviço, nomeadamente as dificuldades e atrasos recorrentes na recolha de ecopontos, a falta de ecopontos e uma falha grave na limpeza e higienização dos espaços onde estão os ecopontos atuais. ----------

O tarifário está a aumentar rapidamente e segundo a Administração da ERSUC vai em breve cruzar a barreira dos 100€/Ton e valores superiores a 120€/Ton são um cenário real em poucos anos. ----------

No último exercício a empresa apresentou resultados positivos de 1.8M€ e a administração decidiu não pagar dividendos para reforçar a tesouraria. ----------

Neste exercício os lucros não devem repetir-se e não se prevêem bons resultados nos próximos anos. ----------

Os munícipes da Mealhada estão a ser onerados enquanto utentes do serviço e não vislumbram qualquer benefício do investimento feito anteriormente. ----------

Nos últimos meses fomos confrontados com a decisão da ERSUC de realizar a recolha de recicláveis Porta-a-Porta em Coimbra e Aveiro de forma gratuita, um processo que, segundo a própria administração da ERSUC, tem um custo altíssimo e irrecuperável pela tarifa representando uma despesa brutal para a empresa. -------

A mesma administração não apresentou qualquer justificação para a sua decisão. --

Para levar a cabo esta recolha em Coimbra a ERSUC investiu aproximadamente 1.5M€ e ficarão afetas ao serviço 5 viaturas e respectivo pessoal. Em Aveiro o investimento será semelhante. ----------

O Município da Mealhada faz a sua própria recolha suportando os prejuízos deste processo e a sobrecarga nos serviços. Os valores que recebe de compensação da operação de recolha são menos de metade do valor total recebido pela ERSUC pela recuperação e encaminhamento dos resíduos provenientes da recolha seletiva. Estes valores são completamente desajustados e não refletem os custos de cada uma das partes em claro prejuízo do Município. Este protocolo tem de ser renegociado e não apenas atualizado como pretende a administração da ERSUC. -

O tarifário futuro vai ser seriamente impactado por esta decisão e vai afetar todos os utentes dos 39 municípios do sistema. ----------

O Município da Mealhada é prejudicado enquanto acionista uma vez que esta decisão afeta seriamente os resultados da empresa. ----------

É inaceitável que a ERSUC faça estes investimentos que beneficiam apenas alguns e custam a todos. ----------

É incompreensível que o faça numa altura em que os custos da dívida têm um custo brutal nos resultados da empresa. ----------

É imoral que a sua administração não seja capaz de dar uma boa justificação a esta decisão. ----------

A Assembleia Municipal da Mealhada apresenta o seu protesto contra estas decisões da Administração da ERSUC e está disponível para apoiar e tomar medidas que conduzam à regularização deste tema e à defesa dos interesses dos Munícipes e do Município. ----------
Propomos a discussão e aprovação desta Moção pela Assembleia Municipal e o seu envio à Administração da ERSUC e da EGF." (inicio: após 45 minutos; fim: após 52 minutos) ----------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a Moção apresentada a debate e votação, tendo o Senhor Deputado Municipal João Louceiro sugerido que tal discussão fosse efetuada posteriormente de modo a permitir análise à Moção apresentada, proposta essa que foi acolhida. (inicio: após 53 minutos; fim: após 54 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer, ainda em relação à rotunda da Pedrulha, que por contatos efetuados aparenta que o IP tem interesse em se envolver no processo e, dependendo do que será a obra final, envolver também os particulares/empresários locais, sendo importante esta intervenção da população e o próprio documento a reforçar a intenção, acrescentando que a ampliação da zona industrial e a zona da EN 234 inclui também a construção de uma rotunda. Relativamente à intervenção sobre a pobreza infantil, referiu que o Serviço Social está a trabalhar nesse sentido, vincando que a rede social no Concelho funciona muito bem, existindo inclusive um reforço da equipa de trabalho, em termos humanos e financeiros. De seguida concordou que o regulamento em vigor para atribuição das bolsas de mérito escolar tem de ser revisto e que, apesar das contingências, neste ano existiu um cuidado para que todos tivessem conhecimento desta bolsa, aditando que já está em fase de preparação um novo regulamento, com algumas mudanças significativas que serão discutidas com a comunidade escolar, nomeadamente, ser designado por prémio; existirem categorias – humanitária solidária, empreendedora desportiva, saúde e bem – estar, ambiental, artística e cultural e superação; ser um aluno ou uma turma/grupo de alunos; ou seja, será um prémio de cidadania, para incentivar os mais novos a participarem em atividades e tentar fazer algo diferenciador nas escolas, pois para a melhor nota o agrupamento já atribui um prémio. Sobre a ERSUC chamou a atenção que o custo do serviço será de 75 euros/tonelada, apelado à separação dos lixos e, caso tenham capacidade, fazer compostagem. (inicio: após 54 minutos; fim: após 1 hora e 05 minutos) ----------
5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por solicitar esclarecimentos acerca da não abertura do apeadeiro do Pêgo, decorrente das obras da Linha da Beira Alta e no qual se gastaram milhares de euros. Confirmou de seguida que o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Engenheira Gabriela não concordavam com o corte dos cedros junto à antiga escola primária de Vacariça e que os mesmos não representavam perigo, vincando que não voltaria a limpar qualquer sobra daqueles cedros que caísse pois as árvores colocam em risco o Solar e a Capela daquela rua com o qual confinam. Disse depois que o

centro da Vacariça está um caos devido à velocidade da passagem do comboio em conjunto com o trafego, o que poderá originar acidentes e que poderia ser atenuado com a construção de lombas/passagens pedonais. Questionou depois acerca das condições da Rua da Eira das Lapas ou Rua da Escola de Santa Cristina e se a mesma iria ser objeto de melhorias na acessibilidade. Referiu depois que a Freguesia de Vacariça é das freguesias do Concelho que tem menos ecopontos domésticos, e que contatados os Serviços, foi-lhe transmitido que as pessoas tem dificuldade em os ir buscar e o Município dificuldade em os ir entregar, e portanto disponibilizava os serviços da Freguesia de Vacariça para ir buscar e distribuir os citados ecopontos e também os compostores. (inicio: após 1 hora e 06 minutos; fim: após 1 hora e 18 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por transmitir que ficou estupefacto quando viu o e-mail que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça recebeu por parte do I.P. sobre o apeadeiro do Pêgo, tendo sido remetido ofício quer para a I.P. quer para a C.P. a questionar essa decisão, porque das reuniões com o Senhor Secretário de Estado fora-lhe transmitido que não tinham conhecimento que fosse haver anulação do apeadeiro e inclusive o Senhor Vice-Presidente do I.P. garantiu que todos os apeadeiros continuariam em funcionamento, pelo que se irá aguardar resposta mas que irá batalhar para que tal não se efetive, pedindo se necessário intervenção de outras entidades como a CIM – Coimbra, pois se é objetivo do Estado Central ter mais e melhores transportes públicos e melhor ferrovia e dificultar a circulação automóvel, esta posição não faz sentido. Sobre os cedros repetiu o anteriormente dito e se existir perigo para as pessoas e património haverá uma intervenção. Acerca da Rua das Lapas informou que o projeto esta a decorrer, numa intervenção a realizar quer na Freguesia de Vacariça quer na Freguesia de Luso. Quanto aos ecopontos informou que aceitava o repto lançado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça para uma colaboração no sentido de apoiar na entrega dos ecopontos, estando também a ser comunicado às Associações que podem solicitar ecopontos. (inicio: após 01 hora e 18 minutos; fim: após 1 hora e 25 minutos)

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir relativamente à Moção apresentada, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da mesma, iniciou por dizer que o grupo que integra acolhe o protesto apresentado, até porque já se manifestaram nesse sentido, contudo faziam uma declaração de fé na informação prestada pois não foi ouvida a outra parte. Terminou dizendo que o mau serviço prestado pela ERSUC é evidente assim como a má forma de gestão. (inicio: após 01 hora e 25 minutos; fim: após 01 hora e 36 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Moção apresentada, tendo sido a mesma aprovada por maioria com dezoito votos a favor do Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira

Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Carlos Manuel Salvador Veloso, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário José de Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo, e oito abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Jorge Manuel Bento Ordens, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. (início: após 01 hora e 28 minutos; fim: após 01 hora e 30 minutos) ----------

6) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por expressar ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo que não gravou a reunião mas tudo o transmitido foi dito pela administração da ERSUC, pelo Senhor Engenheiro Miguel Lisboa e outro, havendo também informação pública sobre o investimento do projeto Porta-a-Porta em Coimbra, acrescentando que o relatório de contas da empresa está também acessível. Terminou assinalando a abstenção do PS, não só de votar a Moção como também de a discutir, o que no seu entendimento só indicava a concordância com o panorama atual e, como sendo uma opção política, porque não pretendem afrontar a ERSUC, porque não querem defender os Munícipes mesmo sabendo o mau estado da empresa. (inicio: após 01 hora e 30 minutos; fim: após 01 hora e 32 minutos) ----------

7) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por dizer que o grupo parlamentar do PS não tem medo nenhum e está sempre ativo em prol da defesa dos direitos dos cidadãos do Concelho da Mealhada mas, como disse o Senhor Deputado Pedro Semedo, não foram ouvidas as duas partes mas apenas uma, e uma vez que aquando da votação do Regimento da Assembleia Municipal fora pregada uma *"rasteira"* precisamente pelo Senhor Deputado Municipal André Melo, o grupo parlamentar do PS não estava em condições de acreditar na sua palavra, sem mais informações adicionais. (inicio: após 01 hora e 32 minutos; fim: após 01 hora e 36 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**: ----------

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 15: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a referida Ata n.º 15. (início: após 01 hora e 33 minutos; fim: após 01 hora e 35 minutos) ----------

Os Senhores Deputados Municipais: Jorge Manuel Bento Ordens, Rui Manuel Ribeiro César, Alexandre Edgar Mendes Rebelo e Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 15. ----------

2) <u>OFÍCIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - LEI N.º 39/2021, DE 24 DE JUNHO (REGIME JURÍDICO DE CRIAÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DE FREGUESIAS)</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para explicar o assunto, que advém de ofício enviado pela Assembleia da República, o qual solicita um conjunto de documentos que estavam em falta no processo que foi remetido sobre a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho - desagregação da União de Freguesias da Mealhada, Ventos do Bairro e Antes - nomeadamente acerca da viabilidade financeira das Freguesias a criar, os quais foram enviados dentro do prazo estipulado. (início: após 01 hora e 35 minutos; fim: após 01 hora e 37 minuto) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo e Ana Lousado. ----------

1) O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo, no uso da palavra, iniciou por informar no passado dia 10 de Novembro foi rececionado na Junta de Freguesia que preside um e-mail da Assembleia da República, onde constava ofício, também dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no qual eram solicitadas as projeções orçamentais, no mínimo a 2 anos para as Freguesias a criar. Seguiu dizendo que como pessoas de bem, eleitas para tentar resolver os problemas das pessoas e não para entravar o que quer que seja, imediatamente e nesse mesmo dia, solicitaram aos serviços contabilísticos que facultassem o mais rápido possível os relatórios financeiros demonstrativos da viabilidade económico financeira para as três Freguesias a criar, para os anos de 2024 e 2025, de modo a cumprir com os 30 dias impostos pela Assembleia da República. No dia 2 de dezembro foi rececionada a documentação remetida pelos serviços contabilísticos e no dia 5 do mesmo mês foi enviada à Assembleia Municipal toda a documentação solicitada, obtendo depois confirmação da Assembleia da República da receção da documentação. Acrescentou que posteriormente atentou que esta fase do processo não teria sido iniciada da melhor forma pois a União de Freguesias não deveria ter sido contatada diretamente pela Assembleia da República, mas sim pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, seguindo o caminho inverso ao executado em 2022 aquando do envio do processo de desagregação para Lisboa, sendo que na realidade quem deveria responder a este pedido da Assembleia da República era a bancada do PS na Assembleia da União de Freguesias, que sempre se recusou a fazer uma proposta de desagregação conjunta, que integrasse todas as forças políticas representadas nessa Assembleia, tal como foi proposto. Como agora se verificou, existiram falhas na elaboração da proposta enviada para a Assembleia da República em 2022 e certamente se as coisas tivessem sido feitas em colaboração com todas as forças políticas teria sido obtido outro resultado. (início: após 01 hora e 37 minutos; fim: após 01 hora e 40 minuto) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Ana Lousado, no uso da palavra, iniciou por referir que seria importante que a Assembleia Municipal fosse informada e tivesse conhecimento dos documentos que foram enviados. (início: após 01 hora e 41 minutos; fim: após 01 hora e 41 minuto) ----------

Ato contínuo, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para informar que assim que possível a documentação seria remetida como solicitado. (início: após 01 hora e 41 minutos; fim: após 01 hora e 41 minuto) ----------

3) <u>CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE CONSULTA PÚBLICA DO PROCESSO LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO E LISBOA (FASE 1) TROÇO PORTO/SOURE – TROÇO B</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para referir que a posição comunicada constante da documentação em análise vai ao encontro da decisão tomada quer pela Assembleia Municipal quer pela Câmara Municipal quer pelas Freguesias implicadas no processo. (início: após 01 hora e 41 minutos; fim: após 01 hora e 42 minuto) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Pedro Semedo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra e João Louceiro. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por agradecer a solidariedade das diversas bancadas que apoiaram a proposta apresentada nesta Assembleia, assim como as diligências realizadas para que se promovessem sessões de esclarecimento e debates através dos quais a população foi informada e pode exprimir a sua vontade e em que o Concelho pôde mostrar a sua capacidade de antecipação a decisões tomadas por organismos com grande poder. Disse depois que esta matéria continua a suscitar algumas reservas em relação a certas opções do projeto, mas que ultrapassam as competências do poder autárquico, chamando atenção que embora o impacto no Conselho se tenha reduzido, em termos de território abrangido e do número de pessoas, não pode ser esquecido que haverá quem venha a sofrer prejuízos e que a vitória é de todos e não de alguns que chamam a si os louros da luta assumida. De seguida apresentou Moção que a seguir se transcreve: ----------

"*ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MEALHADA* ----------

SESSÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023 ----------

MOÇÃO ----------

Ex. mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Mealhada ----------

O Grupo Municipal do Juntos Pelo Concelho da Mealhada congratula-se com a decisão transmitida sobre o processo de Avaliação de impacto ambiental n.º 3624 do projeto "Linha Ferroviária de Alta Velocidade – fase 1 – lote B – Troço Soure/Aveiro (Oiã) ", ao considerar a alternativa 1 a mais favorável. A decisão foi ao encontro da maioria das opiniões e dos desejos da população do concelho e dos membros dos órgãos autárquicos. ----------

Convidamos os membros desta Assembleia a manifestarem a sua solidariedade para com as pessoas que, apesar do impacto se ter reduzido bastante, serão afetadas, assim como instar os eleitos para os diversos órgãos autárquicos para que se mantenham disponíveis para defender os interesses da população. ----------
13 de dezembro de 2023 ----------
Pelo Grupo Municipal Juntos pelo Concelho da Mealhada ----------
Assinatura." ----------
(início: após 01 hora e 42 minutos; fim: após 01 hora e 47 minutos) ----------
2) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por dar nota que foi com grande satisfação que a Junta de Freguesia de Casal Comba viu a opção escolhida, que não afeta o seu território. Seguiu dizendo que do relatório de consulta pública consta que existiram três abaixo--assinados relativamente ao trajeto Soure – Aveiro, e que apesar de um elemento do *Grupo Juntos pelo Concelho de Mealhada* – que não é Deputado Municipal - lhe ter dito que a Assembleia Municipal nada fez e que deveria observar o que estava a ser feito em Anadia, com vários abaixo-assinados e petições públicas, a verdade é que do relatório de acompanhamento nada consta dessas iniciativas e portanto considera que foi uma vitória e que tendo sido eleito para defender os interesses da população da Freguesia de Casal Comba, pois integra a Assembleia Municipal nessa qualidade, promoveram-se abaixo-assinados e lutou-se até às últimas consequências por um desfecho positivo. Terminou referindo que efetivamente o TGV vai afetar a população de Mealhada mas felizmente nenhuma casa vai ser demolida. (início: após 01 hora e 47 minutos; fim: após 01 hora e 50 minutos) ----------
3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra, no uso da palavra, iniciou por dizer que esta foi uma vitória para o Concelho de Mealhada, com bom senso na escolha aprovada. Disse depois que o traçado ainda assim afeta a Freguesia de Barcouço, de modo não tão impactante, mas solicitava que o Município de Mealhada atende-se aos procedimentos que se irão desenvolver porque existem pessoas que vão ser afetadas, com as faixas de gestão assim como pelas infraestruturas de acesso à obra, de maneira a reduzir o mais possível as consequências adversas que daí podem advir. (início: após 01 hora e 51 minutos; fim: após 01 hora e 53 minutos) ----------
4) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir que não pretendia visar ninguém com a sua intervenção anterior. Seguiu dizendo que nunca encarou com seriedade os boatos relativos às iniciativas, ou falta delas, dos outros Concelhos relativamente à questão, e que o importante é que o Concelho de Mealhada mobilizou-se em torno da questão e deu à entidade decisora argumentos, sejam os abaixo-assinados de Casal Comba ou outros, para deliberar e assim, ignorando outras iniciativas do género de outros Concelhos, ter respaldo para tomar uma decisão que considerava já estar pré-definida. (início: após 01 hora e 54 minutos; fim: após 01 hora e 58 minutos) ----------
5) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por referir que a Moção proposta apresenta-se como uma posição assumida pelo *Grupo Juntos*

pelo Concelho de Mealhada, e apesar de concordar com o dito em relação ao futuro e ao envolvimento geral, desde abaixo-assinados e posições quer dos órgãos autárquicos quer de participação individual, não estava em condições de votar em nome do *Grupo Juntos pelo Concelho de Mealhada.* (início: após 01 hora e 58 minutos; fim: após 02 horas) ----------

6) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por, no seguimento da intervenção anterior, propor a retirada da expressão "*Grupo Municipal do Juntos Pelo Concelho da Mealhada"* no início da Moção, e substituir por "*Assembleia Municipal de Mealhada*", o que foi acolhido. (início: após 02 horas; fim: após 02 horas) ----------

Introduzida a alteração proposta à Moção apresentada, passou a mesma a ter a seguinte redação: ----------

"*ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MEALHADA* ----------

SESSÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023 ----------

MOÇÃO ----------

Ex. mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Mealhada ----------

A Assembleia Municipal da Mealhada congratula-se com a decisão transmitida sobre o processo de Avaliação de impacto ambiental n.º 3624 do projeto "Linha Ferroviária de Alta Velocidade – fase 1 – lote B – Troço Soure/Aveiro (Oiã)", ao considerar a alternativa 1 a mais favorável. A decisão foi ao encontro da maioria das opiniões e dos desejos da população do concelho e dos membros dos órgãos autárquicos. ----

Convidamos os membros desta Assembleia a manifestarem a sua solidariedade para com as pessoas que, apesar do impacto se ter reduzido bastante, serão afetadas, assim como instar os eleitos para os diversos órgãos autárquicos para que se mantenham disponíveis para defender os interesses da população. ----------

13 de dezembro de 2023 ----------

Pelo Grupo Municipal Juntos pelo Concelho da Mealhada ----------

Assinatura." ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 02 horas; fim: após 02 horas e 02 minutos) ----------

4) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:----------

O Senhor Presidente da Mesa o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Ana Lousado, João Louceiro, Pedro Semedo e Carlos Pimenta. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal Ana Lousado, no uso da palavra, iniciou por referir que no documento enviado relativo ao orçamento previsional, que irá ser abordado mais adiante, na Mensagem do Senhor Presidente da Câmara, é evidenciado o compromisso com a qualidade do serviço prestado aos munícipes, através da

implementação de um projeto de melhoria contínua em alguns serviços municipais, por forma a dar uma resposta mais célere e eficaz à população, contudo através da informação prestada no ponto em análise continua sem se conseguir, na maior parte dos serviços, obter informação que permita avaliar essa melhoria. Acrescentou que o documento sofreu efetivamente uma revisão na sua estrutura, que foi valorizado e reconhecido, no entanto, mantém-se aquém do expectável enquanto documento de avaliação da atividade desenvolvida pelos serviços sendo meramente discricionário e sem visão estratégica. Disse ainda que, no seu entender, cada serviço deve possuir um plano de atividades estratégicas alinhadas com as opções do plano do Município, que devem ser operacionalizadas e monitorizadas continuamente, sendo fundamental que os serviços estabeleçam indicadores de resultado e realizem a medição desses indicadores, sendo que a adoção de ferramentas de gestão é essencial e deve integrar a cultura organizacional de forma transversal para que seja possível medir o nível de desempenho e eficiência dos processos. De seguida deu alguns exemplos concretos da dificuldade de avaliar o desempenho dos serviços e processos tendo em consideração a informação prestada, realçando uma vez mais que é necessário identificar as atividades estratégicas por serviço, e que se traduzem no aumento da eficácia dos processos, na redução do número de não conformidades, na redução do número de reclamações, na mitigação dos problemas e desigualdades sociais mais prementes no município, na promoção e reforço da marca do município, na divulgação do município e na sua diferenciação, inovação e modernização e definir as métricas para avaliar os resultados dos objetivos traçados para essas ações. Finalizou assinalando que só assim é possível melhorar de forma contínua e atingir a eficiência e a satisfação dos Munícipes, num ciclo de melhoria contínua. (início: após 02 horas e 03 minutos; fim: após 02 horas e 16 minutos) -----

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por vincar preocupação com o volume de investimento, muito longe do orçado, e para o qual solicitava elucidação. Questionou depois acerca da falta de instalações sanitárias na portaria da Escola Secundária de Mealhada e se o problema está em vias de resolução. Indagou se a lista de estradas e propriedades afetadas pela obra de concordância ferroviária já chegou ao conhecimento da Câmara Municipal. Perguntou, tendo em conta o alerta efetuado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, se já foram identificados e/ou resolvidos os problemas no Jardim de Infância da Quinta do Valongo. Referiu depois que se mantém o não esclarecimento da população relativamente à não abertura do Mercado Municipal de Mealhada, pedindo um ponto de situação relativamente a essa matéria. Prosseguiu insistindo em medidas restritivas dos abusos de velocidade na Rua do Freixo – Pampilhosa, perguntando se vai efetivamente avançar-se nesse sentido. Sobre a Fonte de São João e respetivo sistema de esterilização, questionou se já foi entregue projeto e lançado concurso. Relativamente à questão da olaia centenária, situação já levantada em sessões anteriores e para a qual a resolução estaria dependente da contratação de engenheiro florestal, falta essa já suprida, indagava sobre desenvolvimentos, assim como sobre a praga invasora da erva das pampas. Deixou

depois algumas notas sobre as atividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo, apontando a necessidade de se discutir o modelo e encontrar soluções concretas para as AEC, que assentam num modelo com a ideia assustadora de escola a tempo inteiro, como se a vida das crianças não precisasse de mais para além da escola, que sim é fundamental mas não é tudo na vida das mesmas, criando-lhes assim um peso de excessiva escolarização e sedentarização, descurando a importância da brincadeira ao ar livre e do risco controlado para um desenvolvimento saudável. Continuou dizendo que o modelo de ocupação de tempos livres acaba por ser um prolongamento em grande medida do experienciado como aulas, senão quando no mesmo espaço físico, numa ideia aliciante para os pais que se convencem que estas práticas são boas para a competitividade e empreendedorismo dos filhos. Questionou depois acerca de desenvolvimentos quanto ao procedimento de certificação do Leitão da Bairrada e do interesse da restauração do Concelho no processo. Perguntou sobre detalhes da elaboração da praça de apoio ao peregrino, em Santa Luzia e da construção de *bunker* para ATM na Pampilhosa, assim como sobre o procedimento para reabilitação de pavimentos, e quais serão intervencionados, também na Pampilhosa. Considerando a alteração do Programa de Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio (PIRPEC), pediu linhas gerais sobre o mesmo, terminando por dar nota, tal como consta da informação prestada, da importância das associações zoófilas para a recolha de animais e da escassez de recursos humanos e falta de viatura adequada para essa recolha e transporte animal, vincando ainda o consecutivo adiamento da construção do centro de recolha animal. (início: após 02 horas e 16 minutos; fim: após 02 horas e 27 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por dar nota que apreciou a intervenção da bancada do PS e que o ponto fulcral é sobretudo a forma como a "*organização é organizada*": o que se pretende fazer, o que se alcançou, o que não se fez, etc. Questionou se o prazo de execução obras do novo edifício da Câmara Municipal está atrasado ou não, perguntando depois sobre o estado de processos judiciais que decorrem: processo da HidroMaster, processo administrativo do TAF - Aveiro e processo da Soacorgo. Terminou por indagar se a caldeira de aquecimento da Escola Secundária já foi reparada e se tal é responsabilidade da Câmara Municipal. (início: após 02 horas e 27 minutos; fim: após 02 horas e 33 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por dar uma nota de agradecimento pela intervenção pertinente da Senhora Deputada Municipal Sofia Lousado, expressando contudo confusão na medida em que a questão da certificação e gestão da qualidade já estava a ser implementada no Município da Mealhada desde 2017, como demonstrou depois pela leitura de documento dessa data que previa implementação de sistema de gestão e qualidade, com várias normas e com prazo de conclusão de 3 anos, e portanto estava convencido que já existia auditoria de qualidade no Município. (início: após 02 horas e 33 minutos; fim: após 02 horas e 35 minutos) ----------

-De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por referir que acompanha o dito quanto à necessidade de melhoria contínua, acrescentando que já muito foi feito, com empenho dos funcionários e serviços, criando metas e indicadores de modo a monitorizar a evolução e medição de desempenho mas que não é algo realizável de modo tão célere quanto o desejado, seja devido à imersão no trabalho seja por hábitos adquiridos durante anos, acrescentando que existirá intervenção de entidade externa especializada nessa matéria de modo a agilizar este processo. Relativamente à taxa de execução orçamental reconheceu que ainda não se atingiram os objetivos pretendidos, mas serão ultrapassados os cinco milhões pois as obras estão em fase de aceleração para compensar os atrasos, alguns devido a falta de mão-de-obra e outros devido à complexidade e constrangimentos da própria obra. Sobre a portaria da Escola Secundária disse existir já acordo com o Senhor Diretor do Agrupamento, com local definido e equipamento encomendado, e depois é só iniciar obras porventura no início do ano. Informou que a listagem das estradas e propriedades afetadas pela obra de concordância ferroviária já foi solicitada ao I.P. mas ainda não foi rececionada. Em relação ao Jardim de Infância da Quinta do Valongo informou que uma grande parte do trabalho já está feito pelos Serviços, só estando em falta a questão da eficiência energética, que será resolvida oportunamente. Sobre o Mercado Municipal de Mealhada comunicou que o objetivo é abrir em janeiro do próximo ano, tendo ocorrido já várias hastas públicas para ocupação dos espaços assim como reuniões com os feirantes para reestruturar o recinto de modo a corresponder às necessidades identificadas. No que toca à Rua do Freixo, disse que a obra já está adjudicada e aguarda que o empreiteiro vá para o terreno e dê início à obra. Em relação à Fonte de São João informou que o projeto está entregue e está sob análise dos serviços e o objetivo é lançar concurso no início de 2024. Sobre a olaia centenária, contatou-se a Santa Casa da Misericórdia, que são os proprietários, e tomou-se conhecimento de parecer de técnico especializado do qual consta que a árvore não tem grandes condições para ser recuperada pois está num estado muito degradado, sendo que relativamente à erva das pampas está ser feito o combate a essa praga mas terá de haver também ajuda dos particulares, se necessário com apoio camarário, vincando que tem de ser uma intervenção regional e não só local pois caso contrário o efeito é quase nulo. Acerca das AEC concordou com o dito e com a necessidade de uma discussão profunda sobre o tema, havendo interesse nessa reformulação do agrupamento de escolas e da própria CIM, numa intervenção conjunta da região. Em relação à Certificação do Leitão, foi constituído um grupo de trabalho para laborar no sentido de criar condições para o projeto avançar, havendo intenções e interesse de vários Municípios, entidades e próprios produtores. Quanto à obra de apoio ao peregrino, na antiga feira de Santa Luzia, informou que é um projeto para recuperar o espaço para a população local mas também para os peregrinos que lá passam, criando um edifício de apoio e instalações sanitárias para que possam ter um descanso condigno. Sobre o *bunker* na Pampilhosa, informou que o mesmo vai ser construído para transferir o ATM do edifício onde está

atualmente, situação que tem custos elevados, sendo que não foi instalado no Mercado de Pampilhosa por questões de segurança. Os pavimentos da Pampilhosa vão ser intervencionados no início do próximo ano, sendo que sobre o PIRPEC o pretendido é que seja operacional, pois o que atualmente existe está muito focado em ajudar pessoas com necessidades financeiras para fazer a recuperação da própria casa, e o pretendido é que seja alargado para quem tenha capacidade financeira para recuperar edifícios e colocá-los no mercado de habitação, contribuindo para a recuperação do património do centro das aldeias e transformar os núcleos antigos. Vincou de seguida que é concedido apoio às Associações locais ligadas aos animais, sendo que o Centro de Recolha Oficial de Animais é um edifício que se pretende construir, já estando definido o local e o projeto praticamente determinado e o concurso será lançado no início do ano, mas já com a consciência de que assim que for aberto vai ficar imediatamente lotado. Informou depois que a obra do novo Edifício Câmara Municipal está atrasado mas no próximo ano terá um grande avanço. Esclareceu depois, quanto aos processos judiciais: da Hidromaster que o mesmo está a decorrer, tendo sido solicitado indicação de perito a ambas as partes, para analisar toda a documentação; sobre o processo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, tem que ver com o Ministério Público e declaração de nulidade da deliberação da Câmara Municipal de 19/03/2018, na qual foi reconhecida inadequação de vínculo contratual de Luis Miguel Almeida Gonçalves, estando o processo a decorrer; Soacorgo tem havido reuniões para que a infraestrutura possa cumprir com a legislação em vigor, e que não hajam maus cheiros e contaminação de linhas de água. No seguimento informou ainda que houve uma decisão do Tribunal da Relação a dar razão à SCC - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas na questão das Águas de Luso mas que vai ser contestada, pois existe um documento de especialista na matéria que sustenta a posição do Município, contudo a Senhora Doutora Juíza decidiu de forma contrária pelo que se recorrerá para o Supremo Tribunal de Justiça. Acerca da caldeira de aquecimento da Escola Secundária referiu que a responsabilidade da substituição da mesma é da Câmara Municipal, tendo-se já procedido à encomenda de sobresselente. Terminou por dizer que, relativamente à auditoria de qualidade, a mesma nunca saiu do papel mas que a partir de janeiro irá ser dado início à sua implementação e será uma mais-valia para todos os Serviços. (inicio: após 02 horas e 35 minutos; fim: após 3 horas e 01 minutos) ----------

5) <u>LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Compromissos Plurianuais. (inicio 03 horas e 01 minutos; fim após: 03 horas e 01 minutos) ----------

6) <u>APROVAÇÃO DA 4.ª ALTERAÇÃO À 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MEALHADA</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da

Câmara Municipal, que expôs e explicou a proposta, referindo que ocorreu um aumento das zonas industriais assim reajustes de algumas zonas de área urbana, em locais já dotados de infraestruturas. (inicio 03 horas e 01 minutos; fim após: 03 horas e 03 minutos) ----------

Ato contínuo, foi efetuada apresentação relativa ao assunto em apreço, explicitando o historial e tramitação de todo o processo assim como as principais alterações a nível da planta de ordenamento. (inicio 03 horas e 04 minutos; fim após: 03 horas e 40 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Jorge Manuel Bento Ordens, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Carlos Manuel Salvador Veloso, Elisa Carla de Abreu Simões, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. A 4.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal incide na atualização e adaptação à Lei de Bases Gerais da Politica Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, adotando os novos conceitos de Solo Rústico e Solo Urbano, nos termos e para efeitos do artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio. ----------

Para efeitos de eficácia, a presente deliberação deverá ser publicada na 2.ª série do Diário da República, bem como as seguintes peças escritas e desenhadas: Regulamento Urbanístico; Relatório de Fundamentação; Programa de Execução, Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica de Financeira; Relatório Ambiental; Relatório Ambiental – Resumo Não Técnico; Declaração Ambiental; Ficha de Dados Estatísticos; Relatório de análise e Ponderação dos Pareceres; Relatório de análise e Ponderação da Discussão Pública; Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo; Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico; Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal; Planta de Ordenamento – Zonas Inundáveis; Planta de Ordenamento – Elementos Patrimoniais; Planta de Condicionantes - RAN e Aproveitamentos Hidroagrícolas; Planta de Condicionantes – Perigosidade de Risco de Incêndio Florestal; Planta de Condicionantes – Regime Florestal; Planta de Condicionantes – Espaços Canal; Planta de Condicionantes – Outras; Ficha A - UF de Mealhada,

Ventosa do Bairro e Antes; Ficha B - Freguesia de Casal Comba; Ficha C - Freguesia do Luso; Ficha D - Freguesia da Pampilhosa; Ficha E - Freguesia da Vacariça; Ficha F - Freguesia de Barcouço. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 40 minutos; fim: após 03 horas e 41 minutos) ----------

7) <u>PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A POSIÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE MEALHADA EM 30/06/2023</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra a Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, que no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Como primeira nota, registamos que o município continua a apresentar uma taxa de execução cada vez mais baixa, a 30 de junho de 2023 o grau de execução das despesas de capital é de apenas 15%, a despesa total tem um grau de execução de 28%.* ----------

Do lado da receita, a situação está perfeitamente equilibrada, com um grau de execução de 50%, ou seja, persiste uma ineficácia na concretização do investimento no Concelho da Mealhada. ----------

Como segunda nota, o valor dos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos aumentaram mais de 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2023, comparativamente com o mesmo primeiro semestre de 2022. As receitas não acompanharam este aumento, o que está a conduzir as contas da autarquia a uma quebra de 800 mil euros nos resultados operacionais. ----------

A aceitação da transferência de competências tem um impacto claro no aumento das despesas correntes das autarquias. Se o Estado central não transfere as verbas necessárias, está a contribuir para a degradação das contas das autarquias. A delegação de competências exige que venha acompanhada da respetiva transferência." (inicio: após 03 horas e 40 minutos; fim: após 03 horas e 44 minutos)

8) <u>PROPOSTA N.º 83/2023 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DA MEALHADA (QUADRO V – MERCADOS E FEIRAS)</u>:

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou e explicou a proposta, referindo que a alteração pretende efetuar acertos e uniformizar o regulamento. (início: após 03 horas e 45 minutos; fim: após 03 horas e 46 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 46 minutos; fim: após 03 horas e 46 minutos) ----------

9) <u>PROPOSTA N.º 87/2023 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2024</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou e explicou a proposta. (início: após 03 horas e 46 minutos; fim: após 03 horas e 47 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Jorge Manuel Bento Ordens, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar, Carlos Manuel Salvador Veloso, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e um voto contra do Senhor Deputado Municipal: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo. -------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 47 minutos; fim: após 03 horas e 48 minutos) ----------

Posteriormente usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que apresentou uma Declaração de Voto, referindo que esta taxa é um imposto escondido aos cidadãos e não às empresas, pois as mesmas não a pagam imputando esse custo na conta dos utilizadores. Terminou dizendo que as empresas são repartições de finanças pois fazem o serviço do Estado. (início: após 03 horas e 48 minutos; fim: após 03 horas e 49 minutos) ----------

10) <u>PROPOSTA N.º 102/2023 – DERRAMA</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou e explicou a proposta, referindo que está a fixar-se uma taxa de 0,75%, ou seja, uma redução de 50% para todas as empresas não isentas, isto é, as que faturam mais de 150 mil euros e têm lucro. (início: após 03 horas e 49 minutos; fim: após 03 horas e 50 minutos) ----------

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Louceiro e Sofia Martins. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por dar nota que, mais uma vez, se dispensam cuidados de fundamentação no proposto bastando-se por fazer enquadramento legal e a recuperar o que consta do regulamento de isenção aprovado com a abstenção do PCP na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em setembro passado. Acrescentou que, visando a isenção e redução de taxas uma perda de receita, deveria haver maior atenção aos

argumentos que suportam a proposta, designadamente com uma avaliação, ainda que sumária, da situação das empresas no Concelho que a justifique. Prosseguiu dizendo que, para além do estabelecido pelo citado regulamento, propõe-se que as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros fiquem sujeitas a uma taxa de 0,75%, independentemente do setor de atividade e sem sujeição ao critério de manutenção ou criação de postos de trabalho, sendo que por outro lado, a mesma taxa de 0,75% é proposta para empresas com volume de negócios abaixo de 150 mil euros desde que não isentas por força do regulamento aprovado em Setembro. Acrescentou que isentas, com taxa zero por força do regulamento, ficarão todas as outras que abaixo dos 150 mil euros de volume de negócios cumpram um estranho critério de criação e manutenção de postos de trabalho, o que, em concreto, tratando-se simplesmente de criação ou manutenção de postos de trabalho, nada obriga a que haja um saldo positivo de postos de trabalho, julgando que até a extinção de postos de trabalho, desde que se mantenha um que seja, cumpriria - talvez não o espírito mas seguramente a letra - da regra aprovada e que o PCP questionou na sessão de setembro. Seguiu vincando que na prática tem-se uma abdicação de receita não devidamente fundamentada, semelhante ao aprovado para o ano em curso, mas com a diferença de que o quadro surge menos evidente e mais confuso, cruzando regulamento com proposta e invocando um critério relacionado com manutenção e criação de emprego, cuja eficácia não se alcança e portanto entende serem devidas à Assembleia Municipal informações sobre as empresas que cumpriram esse pressuposto. Terminou por referir que o critério de criação ou manutenção de postos de trabalho se reporta ao ano em curso, podendo haver eventualmente um elemento de imprevisibilidade na aplicação desse critério, o que não contribui para a confiança necessária na lei e nos regulamentos. (início: após 03 horas e 50 minutos; fim: após 03 horas e 55 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, que no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Fazendo aqui um breve resumo de alguns números, em 2022, por consulta no portal da AT, foi verificado que do total dos 308 municípios, 201 municípios comunicaram a cobrança de derrama, ou seja, cerca de 2/3, os restantes não aplicam derrama nos seus Concelhos. ----------

Destes 201 municípios, 77 municípios tinham regulamento a que se refere o número 2 do artigo 16º do número 23 do artigo 18º da Lei 73/2013, ou seja, tinha o dito regulamento que aprovámos na última Assembleia Municipal. Este executivo propôs a aprovação um regulamento isenção de derrama na última Assembleia Municipal de 20 de setembro, regulamento publicado em Diário da República em 10 de Outubro de 2023. ----------

O nosso grupo votou contra o regulamento de isenção, não porque desacordo com a isenção, mas precisamente por ser um documento redutor e chegava a ser constrangedor assumir num ano particularmente difícil a aplicação de taxa derrama máxima de 1,5% e agora estamos novamente aqui para votar a taxa derrama de

0,75% e, para que conste, no ano de 2024 estima-se que o valor de derrama seja o mais elevado dos últimos 4 anos. ----------
Pelo que nos parece que as contas do município suportam a taxa agora em aprovação de 0,75%, na prestação de contas 2021 o valor arrecadado derrama foi de cerca de 253 mil euros; nas contas de 2022, foi de 355 mil euros; ainda não temos as contas de 2023 fechadas, mas o que constava no orçamento que foi aprovado em 2023, foi um valor de 314 mil euros e este orçamento que irá ser apresentado nos pontos seguintes estimam um valor de derrama de 406 mil euros. ----------
Ora, como o Concelho não tem política fiscal e muito menos estratégia económica que lhe permita fundamentar as decisões em matéria de impostos, e aqui realmente concordo com o colega deputado do PCP, o executivo vem agora submeter a votação duas propostas avulso para a taxa derrama de 0, 75% e para que o nosso Concelho não fique com um vazio nesta matéria. ----------
Concordamos com a aplicação da taxa de derrama, mas voltamos a afirmar que para o investidor será preferível um regulamento de atribuição de benefícios fiscais do Município da Mealhada, devidamente sustentado em vez desta manta de retalhos que temos neste momento em matéria fiscal." (início: após 03 horas e 55 minutos; fim: após 03 horas e 58 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Jorge Manuel Bento Ordens, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e Baptista, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar, Carlos Manuel Salvador Veloso, Elisa Carla de Abreu Simões, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 58 minutos; fim: após 03 horas e 59 minutos) ----------

11) <u>PROPOSTA N.º 103/2023 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou e explicou a proposta, referindo que visam fixar o mínimo da taxa de IMI permitida e uma redução no caso de imóveis destinados a habitação própria e permanente de 30 euros para agregados com um dependente a cargo; 70 euros para 2 dependentes a cargo e 140 euros para 3 ou mais dependentes a cargo. (início: após 03 horas e 59 minutos; fim: após 04 horas) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, que no uso da palavra, iniciou por dar a nota prévia que não concorda com o dito em intervenção anterior de que o Concelho não tem política fiscal ativa, tal como se pode verificar no ponto em apreço, com um apoio inequívoco e preocupação com a desoneração fiscal às famílias, vincando que pelo 12.º ano consecutivo a Mealhada foi considerada um Município amigo das famílias, reconhecendo que é algo que já vem do passado. Assinalou que tem sido feito um esforço evidente em relação quer à desoneração fiscal das famílias quer em relação à desoneração das empresas, pois no âmbito da derrama existem muitos Municípios que aplicam a taxa máxima e na Mealhada vai ser aplicada metade dessa taxa, sendo que se a receita aumenta tal deve-se à capacidade da economia de gerar resultados e isso é positivo, evidenciando também em sede de IRS a redução de 60% do valor máximo da taxa para as famílias. Terminou, destacando uma vez mais, o esforço do Município no âmbito da perda de receita, que resulta numa despesa fiscal assumida por parte do mesmo, a qual é de saudar, num legado que vêm do passado e deve ser mantido e conservado. (início: após 04 horas; fim: após 04 horas e 04 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 04 minutos; fim: após 04 horas e 05 minutos) ----------

12) <u>PROPOSTA N.º 104/2023 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou e explicou a proposta, referindo que trata-se de mais uma iniciativa para apoiar e capacitar as pessoas e as empresas do Concelho. Prosseguiu dizendo que quem vive e paga os impostos no Concelho de Mealhada vai ter uma redução de 60% da participação do IRS, e tal como dito anteriormente estes apoios são um legado que vêm do passado e que tem sido uma mais-valia para fixar pessoas e empresas no Concelho. (início: após 04 horas e 05 minutos; fim: após 04 horas e 07 minutos) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, que no uso da palavra, iniciou por questionar quanto é que a citada redução de 60% representa para o Município, referindo depois que, pelo orçamento de estado, são cerca de 660 mil euros. (início: após 04 horas e 07 minutos; fim: após 04 horas e 07 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 07 minutos; fim: após 04 horas e 08 minutos) ----------

Ato contínuo, o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, referiu que enviaria uma Declaração de Voto aos Serviços do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, nos termos previstos no n.º 4, do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Mealhada, e cujo conteúdo aqui se transcreve: ----------

"*Como tem vindo a acontecer noutros anos, o PCP expressa a sua discordância perante o quadro legislativo que fomenta competição fiscal entre municípios e que atira para cima das possibilidades e decisões locais desagravamentos fiscais – IMI e IRS – que deveriam ser organizados a partir de opções por políticas fiscais globais mais justas e equilibradas do que as que temos.* ----------

Mesmo tendo pouco significado no bolso numa grande parte dos contribuintes, as decisões sobre a participação variável no IRS têm fortes efeitos subjetivos e propagandísticos que, praticamente, coagem as autarquias a abdicar de receitas de que precisariam para exercício das suas funções. Neste caso, o poder central cedeu-lhes a possibilidade de prescindir de meios para agirem, abdicando de parte da percentagem de IRS ou, também, de verbas do IMI que lhe seria destinada. Um presente envenenado. ----------

Não obstante a discordância apresentada, tal como em anos anteriores o PCP acompanhou, votando favoravelmente, as propostas aqui trazidas pelo executivo camarário acerca do IMI e do IRS no contexto legislativo e fiscal em que nos encontramos e que, repetimos, precisa de profundas transformações a diversos níveis para que Portugal seja, no plano fiscal, um país mais justo. ----------

O PCP não deixa de assinalar, uma vez mais, que a fixação da participação no IRS nos termos aprovados, bem como a dos valores do IMI, representará uma perda significativa de receitas e que, com tais perdas, serão sempre ações em prol das populações e dos seus trabalhadores de que a autarquia abdica." ----------

13) <u>PROPOSTA N.º 105/2023 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2024</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou e explicou a proposta, referindo que o documento apresentado - orçamento para 2024 - prevê cerca de 23 milhões de euros, e do qual constam alguns projetos fundamentais para captar ainda mais pessoas para Concelho, nomeadamente, requalificação urbana dos vários núcleos centrais e valorização do espaço público seja com criação de pracetas ou com pavimentações; cafetaria do Jardim Municipal; praias fluviais em Ferraria e Santa Cristina; reabilitação do cemitério de Mealhada; requalificação do rio Cértima e afluentes num projeto conjunto com a Câmara Municipal de Anadia e fundamental para a Região da Bairrada; requalificação da ribeira de Vacariça em conjunto com projeto de regadio, de forma a ter um espaço apelativo que responde não só às necessidades da agricultura mas também para quem queira percorrer o curso de água; apostar na compostagem, apostando a fundo na redução de depósito em aterro de resíduos; continuar garantir a diminuição do custo de energia ao dotar os edifícios e espaços públicos de maior eficiência energética; criar zonas verdes no Concelho, a iniciar

com o projeto da criação do Centro de Proteção da Natureza de Luso, a localizar no antigo Cineteatro, com valências ligados à natureza, quer a nível desportivo, quer a nível turístico e até a nível de saúde, sendo portanto um espaço diferenciador; requalificação, em 2 fases, da Quinta do Alberto; construção do CRO; ampliação da Escola Básica 1 de Antes; aposta forte no programa PIRPEC; recuperação e construção de edifícios quer na Pedrulha quer em São Romão, englobados na estratégia local de habitação; continuar a dotar o Concelho de estruturas e respostas a nível desportivo, juvenil e cultural; requalificação do Centro de Estágios de Luso; recuperação do edifício do arquivo municipal; recuperação do edifício do Tribunal; recuperação dos pavilhões de Mealhada, de Barcouço, de Casal Comba e de Pampilhosa; recuperação do estádio Municipal Américo Couto; Projeto para reabilitação dos antigos lavadouros da Póvoa da Mealhada; requalificação dos campos de ténis de Luso e criação de campo de pádel; criação de espaços museológicos do Luso; plataforma logística rodoferroviária de Pampilhosa; expansão da zona industrial da Pedrulha e de Viadores; criação de Aldeia Vinhateira, em articulação com a Associação de Municípios Portugueses do Vinho; requalificação do Posto de Turismo de Luso; criação de áreas de acolhimento para peregrinos, em Santa Luzia e em Mala; projetos de remodelação e prolongamentos na rede de saneamento assim como projeto para a recuperação dos reservatórios de água do nosso Concelho e lançar concurso para a água da Fonte de São João; continuação e aumento do apoio, financeiro e não só, às Junta de Freguesias e às Associações do Concelho. (início: após 04 horas e 09 minutos; fim: após 04 horas e 28 minutos)
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Louceiro, Sofia Martins, Alexandre Rebelo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, Carlos Pimenta, Pedro Semedo e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga. ----------
1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"Acerca das "narrativas" que embelezam estes documentos: parece tudo muito moderno, muito dinâmico, muito empreendedor e avançado; no entanto a realidade manda e, na prática, muito do que é a ação e o esforço autárquico acabam por ter que ser dar continuidade a projetos já em execução, dar resposta a imprevistos, fazer face a problemas de concursos públicos, como, em alguns casos a ausência de interessados, resolver engulhos no lançamento e na execução de obras, remediar escassez de recursos materiais e humanos... Esta é que é a realidade e é isso que muitas vezes faz com que as taxas de execução, que já foram aqui comentadas, sejam muito menos do que aquilo que se queria e esperava. ----------
Sendo assim, não nos impressiona particularmente o invólucro com os matizes discursivos da moda nos documentos previsionais. Interessam-nos, isso sim, os pontos de aproximação, se os houver e registamos que há alguns à espera de desenvolvimento, com as propostas que o PCP voltou a apresentar ao Senhor

Presidente da Câmara Municipal em reunião ao abrigo do estatuto do direito de oposição. ----------

Posto isto, o PCP lembra de forma telegráfica os assuntos das propostas para o plano e orçamento que apresentou ao Presidente da Câmara Municipal em sede de estatuto do direito de oposição, o que não pode ser confundido com a ideia, manifestamente exagerada, de que os documentos previsionais "foram elaborados, de forma concertada e articulada com todas as forças políticas"... ----------

- Atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade; ----------
- Precariedade laboral injustificada; ----------
- Postura crítica e reivindicativa quanto às transferências de competências; ----------
- Reposição das Freguesias; ----------
- Linha ferroviária Pampilhosa-Figueira; ----------
- Estação da Pampilhosa; ----------
- Impactos das grandes obras ferroviárias; ----------
- Espaço urbano central do Travasso (o que poderá estar incluído – assim se espera – nas intenções anunciadas pela Câmara Municipal); ----------
- Transporte público e direito à mobilidade; ----------
- Segurança rodoviária, desde logo dos peões; ----------
- Rotunda no cruzamento da Pedrulha;
- Acessos pedonais e passeios (Mealhada e Luso); ----------
- Barreiras arquitetónicas; ----------
- Rede de ciclovias; ----------
- Concretização da Estratégia Local de Habitação; ----------
- Comissões de moradores; ----------
- Conselho municipal de pessoas mais velhas; ----------
- Condições e respostas de saúde; ----------
- Apoios vários à agricultura; ----------
- Certificação do leitão à Bairrada; ----------
- Mercados municipais; ----------
- Edifícios escolares; ----------
- Edifícios e espaços devolutos do município; ----------
- Programação cultural; ----------
- Cineteatro da Pampilhosa; ----------
- Sala polivalente ou cineteatro do Luso; ----------
- Rede de saneamento da Av. Emídio Navarro, no Luso; ----------
- Área do antigo engarrafamento do Luso; ----------
- Baixa da Pampilhosa; ----------
- Maus cheiros na Mealhada; ----------
- Espaço público, incluindo, para além de outros previstos e bem no plano e orçamento, a represa da Fonte do Canedo e o terreno do Cardal que serviu, temporariamente, para aterro; ----------
- Área de pernoita para caravanas; ----------
- Centro de recolha de animais; ----------

- Preços na recolha de resíduos; ----------
- Recolha seletiva e reciclagem; ----------
- Bombeiros no sul do concelho; ----------
- Incentivos à natalidade; ----------
- Prémios de mérito em função de resultados escolares; ----------
- Iniciativas desportivas que promovam a atividade física e o envolvimento das populações. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que o executivo assume 2024 como "um ano de obra no terreno"... O Poder Local afirma-se, em grande medida, pela realização de obra no terreno, pela resposta de proximidade a problemas locais e aspirações das populações. Nesse sentido, não se percebe o destaque (retórico?) ao ano que vem... Explicar-se-á pela ideia de que começa a chegar a fase de concluir o que outros determinaram para poder assumir o que a atual maioria prioriza? -------

Notamos, uma vez mais, o reconhecimento de que a transferência de competências está a acarretar um exponencial aumento de despesas, o que confirma, uma vez mais, que o PCP tinha razão quando alertava – e alerta! – para o perigo que é um processo em que o poder central transfere problemas e insuficiências para as autarquias – mesmo os que se prendem com direitos e funções de caráter universal – sem transferir os meios adequados, pondo em risco o exercício e as competências fundamentais historicamente atribuídas ao Poder Local. ----------

Algumas perguntas, ainda, sobre os documentos em apreciação: ----------

- O que é a implementação da "Escola da Bairrada" apontada no relatório do orçamento? ----------

- No mapa "Orçamento e Plano Orçamental Plurianual" é previsto um substancial crescimento de "Aquisição de bens de capital" para 2025: 13 106 548,00 euros, partindo de 7 292 527,00 euros em 2024. Quase o dobro, porquê?! ----------

- A rubrica "Requalificação Rio Cértima e seus afluentes", apesar do destaque dado na "narrativa" de enquadramento, aponta uma despesa de apenas 24 354,00 euros em 2024. A partir de 2025 as previsões crescem para 580 mil, 800 mil e 400 mil em 2027. Porquê? ----------

- Não obstante a importância que o projeto tem e é assumido nos documentos, a rubrica "Plataforma logística/rodoferroviária de Pampilhosa" surge sempre com 1 euro até 2028... ----------

- Na rubrica "Freguesias" há a previsão de uma despesa de 467 224,00 euros para 2024, que encolhe substancialmente nos anos seguintes, caindo para previsões de 280 024,00 euros. Porquê esta previsão? ----------

- No mapa das "Transferências de Competências" para as freguesias, os montantes a atribuir em 2024 vão de 63 453,71 euros para a ainda União de Freguesias, até à verba mínima de 32 497,00 euros, Barcouço. Solicitamos explicações. ----------

- Também o "Apoio às Freguesias no quadro da Promoção e Salvaguarda dos Interesses das Populações", os montantes são desiguais, o que não se contesta, apenas quer perceber-se: um máximo de 48 680,32 euros para a ainda União de Freguesias e um mínimo de 24 474,32 euros para a Vacariça... Porquê? ----------

Que 2024 seja ano de muita e boa obra e não apenas – e aqui o desejo será comum – de vistosa retórica discursiva nos documentos previsionais!" (início: após 04 horas e 28 minutos; fim: após 04 horas e 40 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, que no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Como nota prévia referimos que realizada auscultação por parte do Senhor Presidente da Câmara ao nosso Grupo da Assembleia Municipal, no cumprimento do estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição e a representantes do PSD em reunião solicitada, consideramos que esse diálogo tem que ser consequente. Acresce ainda que em momentos próprios e de forma expressa, tivemos intervenções nesta Assembleia, onde foram enumerados os eixos que consideramos prioritários e estruturantes para o desenvolvimento do nosso Concelho. Fizemo-lo desde o primeiro ano, também em 2022, e reiterámos na passada Assembleia Municipal, ou seja, neste 2023, e também o temos vindo a fazer ao longo das assembleias municipais, com vários contributos da nossa parte.* ----------

Em relação à forma de apresentação dos documentos provisionais para o ano de 2024 e não colocando em causa o facto do mesmo cumprir o disposto na Lei, torna-se para nós claro que este não é um documento com uma leitura fácil e acessível aos cidadãos. A transparência no orçamento municipal é fundamental para promover a fiscalização e o uso do dinheiro público. ----------

Se fosse um documento com uma estrutura diferente, com informação qualitativa e quantitativa relevante, traduzida de forma resumida em quadros, gráficos comparativos com orçamento anterior, com fundamentação da evolução das rubricas, com ligação direta às receitas e despesas previstas e à fundamentação da política orçamental e mensagem do Presidente, permitiria outra forma de comunicação, mais eficaz e acessível à população. Se assim fosse, fortaleceria a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e promoveria uma gestão orçamental mais responsável, transparente e voltada para as necessidades da Comunidade. Infelizmente assim, não é. ----------

A título de exemplo, uma questão tão relevante como a informação qualitativa sobre candidaturas e execução de projetos apoiados por fundos comunitários, não existe. Não temos informação nesta matéria a não ser nas rubricas de receitas de capital que, pela forma de apresentação, não nos permite determinar a despesa de capital apoiada. Um simples quadro com candidaturas apresentadas, ainda que em fase de aprovação, e outro com projetos em execução e respetivo apoio seria particularmente relevante. ----------

Nunca tivemos em Portugal valores atribuídos tão elevados, principalmente no PRR e Portugal 2030. É muito importante perceber se o Concelho da Mealhada está a captar parte destes fundos. Por outro lado, o detalhe nas rubricas de despesa de investimento é fundamental para o acompanhamento da sua execução e fiscalização. ----------

Preconiza-se que rubricas reportadas a despesa de capital possam ser desagregadas para que consigamos estabelecer a sua ligação com a mensagem do Presidente ou com fundamentação da política orçamental. ----------
É o caso da rubrica de expansão das zonas industriais da Pedrulha e Viadores em que seria de extrema utilidade acompanhar de forma individualizada o gasto previsto nas grandes opções do plano de 2 milhões de euros. Também é o caso da dificuldade em perceber qual o edificado a que respeita à rubrica de recuperação de instalações municipais, também no montante aproximado de 2 milhões de euros. ----------
Quanto à mensagem do Presidente e fundamentação da política orçamental, expressa em 14 páginas, fazemos nota que 90% do conteúdo é exatamente igual ao apresentado nos documentos provisionais do ano. ----------
Foi eliminada a obra das Garagens do Palace e introduzidos dois novos pontos nos projetos e obras: apoiar as famílias mais vulneráveis e implementar um projeto de melhoria contínua dos serviços municipais. ----------
A mensagem do Presidente de apresentação dos documentos provisionais de 2024 é dissonante da informação que consta nos próprios documentos. ----------
Sobre esta questão, iremos manter o nosso foco em 7 pontos relativos e estratégicos a diversas vezes apontados como essenciais para o Concelho pelo nosso grupo e onde não nos revemos no orçamento apresentado. ----------
Primeiro, quanto a investimentos estratégicos do Município: um orçamento com ambição de desenvolvimento implica sempre uma dose de realidade expressa nas contas provisionais. Um orçamento com ambição não apresenta despesas correntes a assumir uma percentagem elevadíssima de 65% das despesas totais previstas no ano de 2024 e de apenas 34% de despesas de capital, ou seja, apenas 34% de investimento. Os orçamentos 2022 e 2023 apresentavam taxas de 48% e 56%, respetivamente. Um orçamento total de 23 milhões de euros, com 15 milhões de despesas correntes e nem 8 milhões de investimento. ----------
Estamos francamente preocupados com a evolução das despesas correntes no Concelho e com o decréscimo das despesas de capital. Um Concelho que não investe e que precisa de investir, é um Concelho sem futuro. ----------
Um orçamento deveria conciliar projetos fundamentais para o Concelho com projetos de base mais local de resposta ao problema das pessoas. ----------
A despesa de capital: o investimento caiu para 34%, não chega a 8 milhões de euros, se não fosse o novo edifício dos Paços do Município, era de apenas 5,5 milhões de euros. ----------
A propósito o novo edifício deveria terminar em maio 2023, mas sem despesa prevista de execução de despesa até 2027 no valor de 6 milhões de euros vai assistir um desvio significativo no prazo e no valor da empreitada; no prazo já percebemos que sim, no valor da empreitada, pelo que nos diz, o orçamento também nos leva a crer que sim. ----------
Temos em 2024 um valor de 79% de receita corrente e apenas 17% de receita de capital. As receitas de capital incluem, entre outras, comparticipações de projetos por fundos europeus. Aqui percebemos a incapacidade do Município em captar

esses fundos: apenas 1,7 milhões de euros previstos em 2024 e apenas um valor de 6 mil 666 euros para fundos provenientes do PRR, num orçamento total de 23 milhões de euros. ----------

Na mensagem do Presidente, é destacada a criação das praias fluviais da Ferraria, Santa Cristina e Barrô, mas não encontramos qualquer referência a estes investimentos nos documentos provisionais. ----------

De igual forma, não localizamos a rubrica associada à construção do Centro de Recolha Oficial em 2024, só em 2025 e 2026, e a recuperação dos antigos Lavadouros da Póvoa da Mealhada. ----------

O Centro de Interpretação da Natureza do Luso tem a rubrica aberta com valor de 1 euro, não tendo ainda despesa associada. Sabemos perfeitamente que este documento será revisto no momento de integração do saldo de gerência, mas não existem rubricas abertas sequer a 1 euro para parte do investimento referido como fundamental para o Concelho. ----------

A nível desportivo e constando alguns destaques na mensagem do Senhor Presidente, lamentamos uma vez mais não encontrar referência ao pavilhão Municipal da Mealhada Dr. José Vigário, um espaço com muitas décadas de utilização e carece de uma intervenção urgente e profunda, considerando a falta de investimento que sempre há muito é verificada neste equipamento desportivo e que hoje apresenta diversos problemas. ----------

É mencionada a dotação dos edifícios municipais e via pública com tecnologia LED para aumento da eficiência energética, mas a rubrica de eficiência energética está apenas aberta com dotação de 1 euro, pelo que assumimos que ainda não existe um projeto específico a este respeito, convém dizer que esta tecnologia, além de permitir uma poupança efetiva do consumo de energia elétrica que ascende neste orçamento a 1 milhão de euros, tem uma durabilidade superior, o que permite uma menor manutenção e a redução da probabilidade de falta de iluminação como acontece atualmente na cidade da Mealhada e no Concelho. ----------

Ponto 2, relativamente à eficiência dos serviços municipais: verifica-se um aumento das despesas com o pessoal face ao orçamento de 2023 de mais de 1 milhão de euros. ----------

Considerando que o valor do pessoal em regime de tarefa ou de avença diminui em 2024 face a 2023 em 125 mil euros, verifica-se um aumento efetivo na despesa com pessoal existente e novas contratações. ----------

Pela relevância e sabendo que parte se deve, e bem, a atualizações salariais parece-nos um aumento significativo e que carece de explicação. Podemos dizer que se verifica uma melhoria dos serviços municipais e da capacidade de resposta aos munícipes? Resulta este aumento de despesa da aceitação de competências? Têm a correspondente transferência de verbas nas receitas? São questões que ficam para responder. ----------

Sobre a habitação e reabilitação urbana: o PIRPEC é mencionado na mensagem do Presidente com uma das prioridades, mas tem uma dotação orçamental de apenas 7 mil euros, que transitou do ano anterior. Esperamos que a terceira revisão do

PIRPEC, iniciada em Novembro de 2023, permita um alargamento dos critérios para a formalização das candidaturas. ----------
Ao apoiar o investimento na reabilitação urbana, gera-se mais habitação, mais emprego, mais eficiência energética, promovendo-se assim, um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável. Os benefícios para o Concelho serão certamente superiores à despesa afeta a este mecanismo. ----------
Por outro lado, no âmbito da estratégia local de habitação, é apresentado um valor de cerca de 55 mil euros, previsto para execução em 2024. Continuamos sem vislumbrar uma reabilitação urbana do edificado municipal e, por outro, o apoio aos privados que o pretendam fazer. Existe algum enquadramento no âmbito do PRR? - Não podemos perder mais tempo para reverter esta situação, podemos ter diversas estratégias e mecanismos dentro do orçamento municipal que podem ser utilizados para reabilitação urbana, desde benefícios fiscais, programas específicos para zonas urbanas, isenção de taxas municipais e apoio técnico de apoiar ligação urbana efetuada diretamente pelos serviços da autarquia. ----------
Relativamente à coesão do território: na mensagem do Presidente, é mencionado que as Freguesias destacam-se como parceiros fundamentais para o desenvolvimento do Concelho, pelo que é através da delegação de competências e do aumento da verba transferida para estas que o Município assume o reforço da sua ligação às mesmas. Ora no mapa um da norma de execução orçamental constam os valores da transferência de competências, valores acrescidos de 4 pontos percentuais, considerando por base os valores definidos no orçamento 2023. Considerando os últimos dados do Banco de Portugal que apontam para uma inflação em 2024 de 3.6%, corresponde a um aumento real de 0.4%. Será suficiente? Na mensagem do Presidente preconiza-se ainda um aumento no apoio às associações do Concelho, pela relevância das dinâmicas iniciativas desenvolvidas em prol da população local e da coesão territorial, no orçamento de 2024, na rubrica de outras, está prevista uma despesa de 140 mil euros. Em 2023 era 150 mil euros, embora para algumas associações, com o apoio à organização do Carnaval e equipas de intervenção permanente das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários se tenha verificado, ainda que pouco significativo, um aumento da despesa. As instituições/associações são essenciais para a sociedade, devem merecer uma atenção especial não apenas nos discursos, mas nas ações. ----------
Pontos 5, relativo ao património edificado do município: o município apresenta ativos fixos a 30 de junho de 2023 no valor de 73 milhões de euros. Parte do edificado está devoluto ou abandonado, nunca se recebeu a nível nacional um valor de fundos europeus como agora. O Município não consegue gerir a captação de fundos que permitam a reabilitação de edificado e a reconversão da tipologia para que se adeque às necessidades futuras do Concelho. Tantas foram as autarquias que utilizaram o PRR para esta finalidade. ----------
Ponto 6, sobre política fiscal: já foi proposta pelo nosso grupo a criação do regulamento de atribuição de benefícios fiscais do Município da Mealhada, que contenha os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou

parciais, objetivas ou subjetivas relativamente aos impostos e outros tributos próprios do Município da Mealhada. Um documento único, fácil de consultar e que apresente todos os benefícios fiscais que o Concelho oferece a munícipes e empresas que cá estejam. ----------

Continuamos com deliberações anuais avulsas nesta matéria, uma manta de retalhos em matéria de impostos, não existindo uma verdadeira política fiscal do Município e uma política fiscal não são medidas fiscais, que é o que temos atualmente no Município, com aprovação anual de determinadas isenções ou reduções de IMI, de IRS e derrama, que basicamente são os impostos em que as autarquias podem ter alguma intervenção. ----------

Uma política fiscal tem que estar relacionada com outros mecanismos de apoio no âmbito social, de educação, de saúde, de dinamização do desenvolvimento económico, uma política fiscal tem que estar fundamentada para que possamos perceber exatamente que valor de imposto é que poderia ser cobrado ou deixa de ser cobrado, com uma redução do imposto ou com agravamento, porque os impostos também podem ser agravados e pode fazer parte desse agravamento da política fiscal do Concelho, que inclusivamente pode ser utilizada na vertente de habitação. Portanto, uma política fiscal não são medidas. ----------

Cumulativamente e ainda em relação à parte fiscal, nunca nenhum orçamento teve previsto um valor de impostos diretos tão elevados como este ano de 2024, mais de 4 milhões de euros esperados em impostos. Num ano em que se espera tão difícil para as famílias, a política fiscal deveria apoiar a redistribuição de valores pelas famílias que necessitem de apoio. ----------

Ponto 7 e último, reportado à estratégia turística: um dos eixos considerados fundamentais da fundamentação da política orçamental para o alcance da ambição do executivo para o mandato 2021-2025 é o retomar do projeto Luso-Buçaco: destino de saúde, beleza e bem-estar e longevidade. Mas como? Não há nada sobre este tema nos documentos provisionais e este é o terceiro orçamento do mandato. -------

Qual é a estratégia? E, mais importante ainda, como é que se vai concretizar materialmente a estratégia turística para o Concelho? ----------

Como conclusão e mensagem final: este não é o orçamento que gostaríamos de ter. Está mesmo muito distante daquilo que nos propúnhamos, com outra visão, com um pendor mais virado para as pessoas, para as necessidades da nossa sociedade, com um rumo claro, por oposição à falta dele durante a vigência dos mandatos anteriores. ----------

Esperávamos ver outra determinação no aproveitamento de fundos para reabilitar os edifícios públicos: o IVV, o Cineteatro do Luso, Quinta do Murtal, TURILUSO, plataforma rodoferroviária e tantos outros e até edifícios privados. ----------

Devolvermos vida aos centros das nossas povoações e não apenas uma intenção de reabilitar praças. Não nos queremos repetir, já o dissemos em momentos oportunos. Lamentamos não termos sido realmente ouvidos, como resulta claramente expresso neste documento. ----------

A revisão do PDM e orientação avançada nas zonas industriais não é suficiente, é

muito positiva do ponto de vista de desenvolvimento económico mas é muito tardia na sua concretização por inação de mandatos anteriores. ----------
Viabilizado que foi este documento em sede de executivo camarário, não pode no entanto este grupo municipal liderado pelo PSD deixar de assinalar estas preocupações e com o mesmo espírito construtivo e de busca do melhor para o futuro do Concelho e das suas populações, com que sempre tem pautado a sua atuação, assumir as divergências em relação ao orçamento municipal agora em discussão, por o entender insuficiente para as legítimas aspirações dos Mealhadenses, finalizando este facto com o voto de abstenção. Esperamos que esta posição e os nossos constantes contributos positivos e construtivos permitam ao executivo melhorar a sua prestação ao longo do ano em que este orçamento vigorará." (início: após 04 horas e 40 minutos; fim: após 04 horas e 58 minutos) -----
3) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por desejar *sorte* ao Senhor Presidente da Câmara Municipal tendo em conta o conteúdo da intervenção anterior. Seguiu considerando que o documento é uma cópia de cerca de 80% do anterior, e portanto não existe uma análise de contexto interna – forças, fraquezas – ou externa – rotina, dados, ameaças - pelo que seria importante num próximo documento tal existisse para facilitar compreensão dos documentos. Acrescentou que não existem objetivos mensuráveis; não há indicadores chave de performance, e métricas são poucas ou nenhumas; da situação atual versus situação desejada nada consta; portanto, é um vazio completo do ponto de vista da gestão organizacional no âmbito do planeamento. Solicitou depois clarificação relativamente à mencionada "*estratégia para posicionar a Pampilhosa no âmbito da especialização estratégica da região*". Pediu também esclarecimentos quanto ao ponto que refere "*identificar e valorizar o potencial da afirmação de cada freguesia*", perguntando se o executivo ainda está na fase de "*identificar o potencial*" ou já ultrapassaram essa fase, e se sim, em que ponto é que se encontram para cada Freguesia. Expressou depois, quanto à questão Social, que não encontra no documento nada relativo ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, referindo depois o princípio que pretende trabalhar a inclusão da pessoa com deficiência, com a nota de que no documento apresentado essa terminologia não surge uma única vez. Terminou por questionar os objetivos a nível da inclusão social assim como a nível da justiça social. (início: após 04 horas e 59 minutos; fim: após 05 horas e 04 minutos) ----------
4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por vincar e denotar ao longo dos 6 anos que leva no executivo da Junta de Freguesia de Vacariça, a falta de interesse de investimento na Vacariça. Prosseguiu dizendo que a Vacariça foi pouco mencionada na listagem de projetos a realizar elencados na intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, terminando por pedir mais atenção para a Freguesia a que preside. (início: após 05 horas e 05 minutos; fim: após 05 hora e 06 minutos) ----------
5) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por demostrar alguma mágoa com a intervenção da Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, que considerou um ataque ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e

um atestado de pouca preponderância ao Senhor Vereador do Executivo que representa o partido que a citada Senhora Deputada integra, e que só demonstra falta de diálogo e trabalho em equipa. Seguiu dizendo que todas as políticas que existem são exercidas através de instrumentos fiscais, e as políticas socias através de instrumentos sociais e assim sucessivamente, acrescentando que o Município tem muito poucos instrumentos dos quais se pode munir para praticar um pleno exercício sobre a questão fiscal, estando muito limitado. Finalizou vincando que mais importante que as questões formais é a verdade material e os valores absolutos, sendo este um orçamento realista e que não pode ir mais além estipulado, tendo sido trabalhado e elaborado com um imenso esforço dos quatro elementos do executivo e que é de salientar. (início: após 05 horas e 07 minutos; fim: após 05 horas e 12 minuto) ----------

6) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por vincar que com a sua intervenção não pretende defender a colega de bancada, Senhora Deputa Municipal Sofia Martins, porque ela é uma mulher inteligente, adulta, capaz, qualificada e, portanto, que se defende a si própria se quiser, clarificando que intervém sobre a posição do Grupo Municipal Juntos pelo Concelho da Mealhada quanto ao assunto em análise. Deu nota depois que no PSD existem dois princípios muito importantes que são o da liberdade e de sentido crítico, e portanto aquando da votação do primeiro orçamento apresentado pelo executivo foi realçado que iria ser dado apoio mas com sentido critico - numa vertente positiva - e construtiva e nesse seguimento, não sentindo que o orçamento ora apresentado vai ao encontro do que pretendem politicamente apresentam a sua crítica, a qual será, ou não, acolhida pelo executivo e em consonância com a resposta dada pelo mesmo, será definido livremente o sentido de voto de cada um dos elementos integrantes do grupo municipal que integra, demonstrando ainda orgulho no representante do PSD que integra o executivo. (início: após 05 horas e 13 minutos; fim: após 05 horas e 19 minutos) ----------

7) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por referir que o orçamento apresentado não era "*ilusionista*" como adjetivou o PS, efetuando depois uma análise ao orçamento apresentado pelo executivo socialista em dezembro de 2020 e demonstrando que constavam do mesmo compromissos que depois aquando da tomada de posse do atual executivo se verificavam muito superiores. Disse depois que no passado foram aprovadas aquisições de ações da ERSUC ou a Quinta do Murtal por vários milhões de euros e tais documentos chegavam ao conhecimento da Assembleia Municipal de forma apressada ou no próprio dia das reuniões do mesmo órgão. Continuou transmitindo que na Mealhada, até setembro, no PT2020 que está em fim de execução, tinham sido executados 11 milhões de euros de despesa elegível em projetos com fundos comunitários e do qual a Câmara Municipal arrecadou uma verba de 9 milhões de euros, com projetos apresentados no período 2014 – 2018, acrescentando que estando a findar um programa e a iniciar outro - o novo quadro comunitário PT2030 – dificilmente haverá projetos aprovados em sede de fundos comunitários europeus.

Relativamente ao programa PRR, referiu que a Câmara Municipal de Mealhada apresentou candidatura, a qual foi aprovada, na questão do Programa 1.º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. (início: após 05 horas e 19 minutos; fim: após 05 horas e 23 minutos) ----------

8) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, iniciou por assinalar que por tudo aquilo que foi dito até agora, e essencialmente no que foi dito sobre o passado, havia uma frase de Kennedy muito relevante em matéria política e em que o mesmo dizia: "*A mudança é a lei da vida. Aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente, irão com certeza perder o futuro.*", sendo para o futuro do Concelho que entende dever olhar-se, deixando as lamentações do passado. Assinalou que este é o terceiro orçamento apresentado, e estando a meio do mandato é hora de compreender qual o caminho para o Concelho, sendo tarefa do executivo perceber o que fazer para lá chegar. Prosseguiu referindo que de maneira a fundamentar o voto de abstenção, apoiou a decisão em dados irrefutáveis e apresentados no próprio orçamento, utilizando quadros percentuais porque o orçamento não apresenta um diagnóstico/enquadramento breve que possa ser facilmente compreendido e analisado por todos. Relativamente à política fiscal questionou se quando aprovam uma derrama de 0,75%, quando a taxa máxima é de 1,5%, isso não é uma medida que se cruza com a política económica, como meio de atração e investimento de empresas, ou quando se aprova uma taxa de devolução de IRS que incide sobre a coleta de quem paga, ou tem reembolso, de IRS, tal não se cruza com uma política social de apoio às famílias do Concelho ou quando optam por uma redução do IMI em função do número de filhos, a medida não se cruza com uma política de natalidade do Concelho. Terminou dizendo que a política fiscal é feita precisamente e tem como único objetivo potenciar a política social, económica, educação, etc, nos poucos meios que as autarquias têm para poder fazer, com os impostos. (início: após 05 horas e 24 minutos; fim: após 05 horas e 27 minutos) -----

9) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, citou Churchill: "*Eu sou um otimista. Não me parece ser útil ser outra coisa*". (início: após 05 horas e 27 minutos; fim: após 05 horas e 28 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por clarificar, quanto à Escola da Bairrada, que tem que ver com a criação de um polo do Instituto Politécnico de Coimbra na Mealhada, referindo depois que apesar alguns projetos constam com um valor baixo mas que nos anos seguintes esse valor cresce significativamente, e tal prende-se com o saldo de gerência e reforços de obra. Quanto aos valores das Freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda interesses da população, tem que ver com o Fundo Financiamento das Freguesias, tendo sido o valor atualizado em 4%. Informou depois que existem projetos que se pretendem realizar mas que ainda não tem rubrica no orçamento, de modo a facilitar a gestão diária, sendo que o documento se enquadra na visão e estratégia que foi a votos e venceu, julgando que é o melhor para o Concelho e seguramente estão a olhar para o futuro e fazer obra e apresenta-la à população. Quanto às candidaturas a apoios europeus referiu que está a

terminar um ciclo e enquanto não for concluído em absoluto, não se iniciará o novo PT2030, vincando que as verbas do PRR foram aproveitadas na mobilidade e acessibilidade assim como para a saúde e educação. Sobre a habitação, existe candidatura para o 1.º Direito havendo também apoios para a vertente de habitação a custos controlados, que julga não serem projetos tão atrativos pois o controlo do processo não é do Município, sendo na questão de habitação defende como solução o PIRPEC e os apoios sociais. Quanto às despesas correntes explicou que a despesa com pessoal aumentou devido às contratações que tiveram imperativamente de se realizar, sobretudo na educação e saúde mas não só, assim como pelo aumento dos vencimentos e ainda devido à questão da mobilidade/transportes e do respetivo aumento brutal. Em relação às rubricas de 1 euro esclareceu não é por constar esse valor que a obra não se faz e consoante os projetos avançam efetuam-se ajustes. Sobre a estratégia para a Pampilhosa informou que existem vários projetos, seja a intervenção no espaço público de forma a dar prioridade ao peão, seja na plataforma rodoferroviária, e terreno adjacente das cerâmicas, com um investimento que será uma mais-valia para a Freguesia. Acerca da referência em intervenção anterior acerca da deficiência referiu o Plano Municipal para a Igualdade e a colaboração ativa por exemplo com a APPACDM, sendo a Mealhada um dos Municípios da CIM mais ativos nesta área. No que concerne à Freguesia de Vacariça informou que estão a ser trabalhados projetos para a freguesia, estando já os técnicos no terreno, como por exemplo no Lograssol, no Rio Cértima, em Santa Cristina e também várias pavimentações, num compromisso com a população e com o respetivo Senhor Presidente da Junta de Freguesia. (inicio: após 05 horas e 28 minutos; fim: após 05 horas e 43 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com doze votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário José de Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo e catorze abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Jorge Manuel Bento Ordens, João Manuel Ferreira Louzado, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Iola Marina Gaspar, Carlos Manuel Salvador Veloso, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 43 minutos; fim: após 05 horas e 44 minutos) ----------

Posteriormente usou da palavra o Senhor Deputado Municipal André Melo, que apresentou uma Declaração de Voto, referindo que o grupo municipal que integra

votou favoravelmente o orçamento, não porque andam em "*carneirada*", nem porque não tem sentido crítico, mas porque acreditam no projeto e nos eleitos do *Movimento Independente Mais e Melhor* que integram o executivo para levar a bom porto o programa que foi proposto e o trabalho que tem sido realizado até agora, lembrando as vozes que antes das eleições afirmavam que não iria existir estabilidade no Concelho de Mealhada e no entanto estavam hoje a aprovar o terceiro orçamento. Vincou depois a confiança no Senhor Presidente da Câmara Municipal, também com o voto positivo na votação do orçamento e assumindo essa responsabilidade, com a convicção que os projetos apresentados serão realizados, confirmando e reforçando a confiança depositada nas últimas eleições, na expectativa de obter maioria absoluta em 2025 e fortalecer as ambições para o futuro. Terminou referindo a postura de oposição do PSD, que até ao momento não o era, e que terão de definir qual a sua orientação. (início: após 05 horas e 44 minutos; fim: após 05 horas e 48 minutos) ----------

14) <u>PROPOSTA N.º 106/2023 – MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MEALHADA PARA O ANO DE 2024</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Recordamos o que já dissemos noutras vezes: os mapas de pessoal da autarquia, respondendo formalmente ao que a lei exige, ocultam uma realidade que é a do significativo recurso à contratação em regime de prestação de serviços, muitas vezes em situações que não parecem coadunar-se com a lei. Os mapas de pessoal, portanto, não correspondem à realidade das necessidades e ao quadro concreto dos recursos humanos nas autarquias, neste caso, da Mealhada.* ----------

Estando em causa o mapa de pessoal, não temos como não voltar ao tema do suplemento de penosidade e insalubridade (SPI). O mapa de pessoal serve, também, para dar conta dos postos de trabalho a quem a autarquia atribui o SPI. ---

Lembramos que o Senhor Presidente da Câmara mostrou, em início de mandato (2021), disponibilidade para rever a forma recuada, minimalista como o SPI, tardia e relutantemente, foi aplicado aos trabalhadores da autarquia pelo executivo anterior de maioria PS. O PCP tem colocado este assunto de forma insistente, mas, perante esta nova proposta de mapa de pessoal, agora para 2024, temos de concluir que o tema não suscita grande interesse, nem do presidente, nem dos outros elementos do executivo municipal! ----------

Tendo conhecimento do parecer emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, chegámos a questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o porquê de não ter em conta algumas das suas propostas que tornariam mais justos e generosos os critérios de aplicação do SPI. Na altura ouvimos que o parecer fugia ao que a lei permite, mas somos obrigados a constatar é que a Câmara Municipal da Mealhada foge ao assunto, empurrando-o, ano após ano com a barriga. Talvez lhe pareça questão menor, mas é bom que se diga que não será desprovida de importância para qualquer trabalhador da autarquia que possa beneficiar do

suplemento em causa, em regra com salários baixos, como o Senhor Presidente da Câmara tem reconhecido para outros efeitos. ----------
Se não, veja-se: ----------
- O mapa de pessoal para 2024 identifica exatamente as mesmas situações – dez – para atribuição de SPI; ----------
- Mantém a visão que levou a não prever qualquer atribuição de SPI por nível alto de insalubridade ou penosidade; ----------
- Continua a restringir de forma exclusiva a atribuição de SPI ao âmbito da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, como se, por comando burocrático, deixasse de haver insalubridade ou penosidade em virtude de os trabalhos serem feitos por outros setores ou divisões. ----------
A este propósito, e só a título de exemplo, perguntamos: se há um quadro de penosidade ou insalubridade associado ao trabalho executado por um cantoneiro de limpeza da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, não haverá, também, no trabalho de um cantoneiro de vias da Divisão de Conservação Rodoviária, Logística e Manutenção? Ou para o trabalho de um calceteiro, também desta divisão? Ou, já agora, de um sapador florestal do Setor de Espaços Verdes e Florestas? (A propósito, estes últimos, exemplos que o presidente já deu de trabalhos em que é difícil arranjar quem os faça...) ----------
O corolário da pouca atenção dada a este assunto pelo executivo municipal parece ser um parágrafo da página 3 da proposta de mapa de pessoal. Diz assim: "Atendendo que a deliberação produz efeitos, anualmente, a 1 de janeiro do ano a que reporta, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, está a ser desenvolvido o procedimento de audição dos representantes dos trabalhadores e do serviço de higiene, segurança e saúde no trabalho para apresentação da proposta de fixação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade para o ano de 2024." Este parágrafo é, ipsis verbis, o que constou da proposta de mapa de pessoal para 2023, há um ano atrás, apenas com a mudança para 2024... ----------
Dois anos, portanto, para desenvolver o procedimento de audição descrito?! Não podemos aceitar!" (início: após 05 horas e 49 minutos; fim: após 05 horas e 55 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por vincar que existiu muita análise e discussão interna para avaliar e tentar efetuar alterações, e alguns funcionários foram englobados e irão receber esse suplemento que antes não recebiam porque estavam mal enquadradas. Prosseguiu referindo que os Serviços Jurídicos analisaram a situação e concluiu-se não ser uma questão de fácil resolução porque a Lei é restritiva nesse âmbito, embora como referido estão a ser efetuadas alterações e ajustes. (inicio: após 05 horas e 56 minutos; fim: após 05 horas e 59 minutos) ----------
O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Jorge Manuel Bento Ordens,

João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e Baptista, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar, Carlos Manuel Salvador Veloso, Elisa Carla de Abreu Simões, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 59 minutos; fim: após 05 horas e 59 minutos) ----------

15) PROPOSTA N.º 107/2023 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou e explicou a proposta, referindo que a mesma é importante para poupar tempo e agilizar processos. (início: após 05 horas e 59 minutos; fim: após 06 horas) ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Jorge Manuel Bento Ordens, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e Baptista, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar, Carlos Manuel Salvador Veloso, Elisa Carla de Abreu Simões, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 06 horas; fim: após 06 horas) ----------

16) PROPOSTA N.º 110/2023 – PROJETO DE REGULAMENTO DA PROVEDORIA DO MUNÍCIPE DO MUNICÍPIO DA MEALHADA: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que apresentou e explicou a proposta, referindo que é um projeto desenhado por quatro pessoas da sociedade civil, com total liberdade de elaboração, tendo sido aprovado por unanimidade em sede de reunião de Câmara Municipal. (início: após 06 horas; fim: após 06 horas e 02 minutos) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Carlos Pimenta e Pedro Semedo. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por expressar enorme satisfação por ver concluído um dos objetivos do programa eleitoral apresentado pelo *Movimento Independente - Mais e Melhor* e pelo qual há muito batalhavam. Deixou ainda a nota que da aprovação do Regulamento em análise não resulta automaticamente nomeação de um Provedor e respetiva equipa, sendo ainda necessários desenvolver todos os trâmites em relação a essa designação. (início: após 06 horas e 02 minutos; fim: após 06 horas e 03 minutos) --

2) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir que não concorda com um ponto no Regulamento apresentado, nomeadamente, a gratuitidade do trabalho de Provedor, pois se vai trabalhar merece remuneração, caso contrário passa a ser um *hobby* para quem o faz. (início: após 06 horas e 03 minutos; fim: após 06 horas e 04 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por referir e efetuar agradecimento público às pessoas que integraram o projeto de elaboração do Regulamento, nomeadamente, Senhor Júlio Penetra, Senhora Paula Andrade, Senhora Clara Pires e Senhor José Cadete, num trabalho de empenhado e de muitas horas, sem qualquer tipo de remuneração. (inicio: após 06 horas e 05 minutos; fim: após 06 horas e 05 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 06 horas e 06 minutos; fim: após 06 horas e 06 minutos) ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 02 horas e 45 minutos, do dia 14 de dezembro de 2023, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim Rui Miguel Esteves Machado, Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. ----------

Mealhada, 14 de dezembro de 2023. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------

Carlos Alberto da Costa Cabral. ----------